

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

MICHELE CRISTINA DA SILVA

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS: UM ESTUDO SOBRE A
BIBLIOTECA PARQUE DE MANGUINHOS

Niterói
2024



MICHELE CRISTINA DA SILVA

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS:

um estudo sobre a Biblioteca Parque de Manguinhos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Calabre

Niterói

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586b Silva, Michele Cristina da
Bibliotecas públicas e políticas culturais : um estudo
sobre a Biblioteca Parque de Manguinhos / Michele Cristina da
Silva. - 2024.
79 f.

Orientador: Lia Calabre.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2024.

1. Biblioteca pública. 2. Política cultural. 3. Gestão
pública. 4. Produção intelectual. I. Calabre, Lia,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX

Dedico esta jornada acadêmica e profissional ao meu pai, Heraldo José da Silva, em agradecimento à educação que com tanto esforço me proporcionou. (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Aos orixás, meus ancestrais, energias que protegem e promovem a minha caminhada, assim como a beleza do reencontro comigo mesma, olhando para o passado para construir o futuro. Não estaria aqui, prestes a me tornar mestra, se meus antepassados não tivessem lutado tanto para abrir este caminho não só para mim, mas para tantos outros irmãos negros. Que mais irmãos e irmãs possam ingressar em universidades pelo país e pelo mundo, ocupando seus espaços de direito.

À minha família de axé, especialmente minha mãe de santo Cláudia Beatriz, e à minha família carnal, minha mãe Severina, mulheres negras inspiradoras que me ensinam diariamente.

Ao meu esposo, Mouhamed, que cruzou o Oceano Atlântico para me apoiar com doçura e paciência incansáveis.

À minha orientadora Lia Calabre, pela compreensão, paciência, confiança, apoio indispensável e orientação precisa em todos os momentos.

Aos professores e professoras com quem tive o prazer de aprender e trocar conhecimentos.

Aos meus amigos, cujo incentivo tem sido fundamental em minhas escolhas ao longo desta jornada da vida.

RESUMO

O presente estudo visa a apresentar e compreender o papel da biblioteca pública como um equipamento cultural e sua relevância para o território em que está inserida, a partir da abordagem das políticas públicas culturais e da gestão cultural. O objetivo principal é o de produzir subsídios que contribuam no processo de qualificação dos serviços e espaços da biblioteca no sentido de ofertar melhor qualidade na sua atuação e funcionalidade para a população. Com o desenvolvimento constante das tecnologias, as bibliotecas públicas vêm transformando suas dinâmicas e formatos, visando acompanhar as mudanças em prol do fortalecimento de suas práticas e cumprimento do seu papel na formação cidadã, cultural e intelectual para a sociedade. Em 2010, a cidade do Rio de Janeiro recebe um novo modelo de biblioteca, baseada na experiência colombiana, a Biblioteca Parque de Manguinhos, a primeira da rede do estado do Rio de Janeiro, buscando reverter os resultados apresentados no I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas realizado pela Fundação Getúlio Vargas no mesmo ano, que aponta para um cenário de desvalorização desses espaços, reduzidos à baixa qualidade de seus materiais, serviços e infraestrutura, muitas vezes causado pela escassez ou inexistência de recursos voltados para o segmento.

Palavras-chaves: Bibliotecas públicas. Políticas Culturais. Gestão Cultural. Biblioteca Parque de Manguinhos.

ABSTRACT

This study aims to present and understand the role of the public library as a cultural equipment and its relevance to the territory in which it is inserted, from the approach of cultural public policies and cultural management. The main objective is to produce subsidies that contribute to the qualification process of library services and spaces in order to offer better quality in its performance and functionality to the population. With the constant development of technologies, public libraries have been transforming their dynamics and formats, aiming to follow the changes in favor of strengthening their practices and fulfilling their role in citizen, cultural and intellectual formation for society. In 2010, the city of Rio de Janeiro receives a new library model, based on the Colombian experience, the Biblioteca Parque de Manguinhos, the first of the network of the state of Rio de Janeiro, results presented in the I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas carried out by the Fundação Getúlio Vargas in the same year, which points to a scenario of devaluation of these spaces, reduced to the low quality of their materials, services and infrastructure, often caused by scarcity or lack of resources focused on the segment.

Palavras-chaves: Public libraries. Cultural Policies. Cultural Management. Biblioteca Parque de Manguinhos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instalações da Biblioteca de Santiago (Chile).....	17
Figura 2 – Instalações da Biblioteca Luís Arango (Colômbia)	18
Figura 3 – Instalações da Biblioteca Mário de Andrade (Brasil)	18
Figura 4 - Programação cultural no <i>website</i> da Biblioteca Mário de Andrade.....	19
Figura 5 - Release da peça de teatro “Travessia” na grade de programação da biblioteca	19
Figura 6 - Programação cultural no <i>website</i> da Biblioteca de Santiago: Festas pátrias com jazz.....	20
Figura 7 - Programação cultural no <i>website</i> da Biblioteca de Santiago: Exposição Power Rangers	20
Figura 8 - Parque Biblioteca Nororiental (Espanha) vista de cima	28
Figura 9 - Parque Biblioteca Fernando Botero	28
Figura 10 - Estrutura do modelo de atuação do Plano de Desenvolvimento 2004-2007 da cidade de Medellín.....	30
Figura 11 - Chafariz na parte externa da Biblioteca Parque de Manguinhos	32
Figura 12 - Redplanes: momentos-chave no desenvolvimento de uma Ibero-América leitora (2002-2011).....	42
Figura 13 - Redplanes: momentos-chave no desenvolvimento de uma Ibero-América leitora (2012-2023).....	42
Figura 14 - Primeira reunião com o GT eleito para definir plano de trabalho	54
Figura 15 - Reunião de sensibilização sobre o PELLLB na Maratona do Rio Criativo - Empreendedorismo Editorial.....	55
Figura 16 - Divulgação da 3ª Plenária do PELLLB na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP)	55
Figura 17 - Galpões de armazenamento do Exército (antes da transformação em biblioteca).....	57
Figura 18 - Biblioteca Parque de Manguinhos (fachada rosa) entre o Centro de Geração de Renda (fachada amarela) e as edificações habitacionais (ao fundo)	58
Figura 19 - Interior da Biblioteca Parque de Manguinhos	59
Figura 20 - Ballet Manguinhos manifestando sobre o fechamento da biblioteca	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Municípios brasileiros com pelo menos uma biblioteca pública, que estão em processo de implantação ou em fase de reabertura (%).....	23
Gráfico 2 – Oferta de atividade de extensão.....	24
Gráfico 3 – Condições da biblioteca.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM	Biblioteca Parque de Manguinhos
CERLALC	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe
DSUP	Departamento de Suprimentos do Exército
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLIP	Festa Literária Internacional de Paraty
FLUP	Feira Literária das Periferias
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
IPL	Instituto Pró-Livro
LEQT	Leitura e Escrita de Qualidade para Todos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MinC	Ministério da Cultura
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PELLLB	Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBPM	Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín
SEB-RJ	Sistema Estadual de Bibliotecas do Rio de Janeiro
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
SIEC	Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro
SLC	Superintendência de Leitura e Conhecimento
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 BIBLIOTECA PÚBLICA: CONCEITO, TENDÊNCIA E SOCIEDADE	14
2.1 <i>Panorama das bibliotecas públicas brasileiras: I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas</i>	<i>21</i>
2.2 <i>Biblioteca Parque: uma concepção colombiana, uma tendência latino-americana</i>	<i>26</i>
2.3 <i>Bibliotecas e territorialidades: conectando comunidades, vivências e culturas..</i>	<i>31</i>
3 POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO E A LEITURA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	33
3.1 <i>Concepção e breve histórico das políticas culturais no Brasil</i>	<i>34</i>
3.2 <i>Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL).....</i>	<i>40</i>
3.3 <i>Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB).....</i>	<i>50</i>
4 BIBLIOTECA PARQUE DE MANGUINHOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA	56
5 REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O CAMPO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
ANEXOS	76

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo é refletir sobre a valorização da biblioteca pública como um espaço cultural significativo para a população, que abarca atividades culturais, informacionais, comunitárias e de lazer, fortalecendo o capital social e cultural¹ dos territórios como um lugar de convivência, a partir da implementação das políticas culturais do setor, considerando como estudo de caso a Biblioteca Parque de Manguinhos (BPM) no Rio de Janeiro.

Baseado na experiência profissional da autora, que participou ativamente do processo de construção de políticas culturais no âmbito estadual durante sua atuação na Superintendência de Leitura e Conhecimento da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, este estudo adota um formato quase de um diário. O trabalho integra sua participação em programas e projetos voltados para o livro e a leitura, tanto em nível estadual quanto nacional, acumulando mais de dez anos de atuação entre o setor público e o terceiro setor. Ademais, o estudo inclui entrevistas com atores relevantes da área, inclusive no contexto ibero-americano. A autora é motivada pela causa das bibliotecas públicas no contexto cultural, reconhecendo-as como portas de entrada fundamentais para a formação cidadã, cultural, comunitária e educacional.

A análise e reflexão sobre o tema têm embasamento na compreensão das **políticas culturais** do segmento do livro, leitura, literatura e bibliotecas, que em teoria, buscam assegurar e delinear diretrizes com objetivo de orientar as práticas nas esferas de suas competências, a fim de garantir o aprimoramento em suas atuações, sobretudo nas bibliotecas, historicamente aliadas à pauta educacional, espelhando posicionamentos governamentais, e na **gestão cultural** considerando as formas de gerenciamento adotadas pelas bibliotecas públicas e seus respectivos órgãos mantenedores.

Por um enfoque mais tradicional, a biblioteca é um espaço de salvaguarda da informação e da memória de um território, a fim de atender à sua população a partir da disponibilização dos seus recursos informacionais para contribuir para a formação do conhecimento. É importante destacar que, para fins desta dissertação, a natureza da biblioteca a ser discutida é a pública, ou seja, equipamento gerido pelo setor público,

¹ Os conceitos de capital social e capital cultural foram desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que defendia a importância das relações sociais e culturais a partir das estruturas das sociedades.

nas esferas federal, estadual e municipal, sob o aspecto de um espaço multifacetado, com objetivos além do acesso à informação quanto à escrita e à leitura, mas a compreensão do acesso à informação por outros formatos e linguagens em um único lugar de potencial estímulo à criatividade e fazeres múltiplos ligados à cultura, desenvolvimento social e territorial, economia e tecnologia.

Entende-se que as competências informacionais são fundamentais para a funcionalidade das bibliotecas, independentemente de sua natureza, ao cumprirem seu papel central de fornecimento de informações e subsidiarem a construção do conhecimento dos indivíduos. No entanto, vale destacar que as ferramentas dessas competências não são o foco deste trabalho, apesar de sua importância já mencionada. Ainda que este aspecto não seja o cerne desta pesquisa, é relevante refletir sobre conceitos como "bibliotecas contemporâneas"² em relação à excelência dos recursos informacionais disponíveis em diversos suportes e formatos, bem como ao aprimoramento constante das competências informacionais. Neste estudo, o uso do termo "bibliotecas contemporâneas" está ligado ao escopo de bibliotecas que visam sua funcionalidade e estrutura de forma a considerar a organicidade, pluralidade, diversidade e coletividade.

Esta pesquisa tem em sua centralidade a Biblioteca Parque de Manguinhos, equipamento cultural gerido pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC), cuja trajetória revela transmutações significativas para a cidade do Rio de Janeiro bem como para o país, considerando aspectos inovadores desde sua arquitetura até sua proposta de atuação contemporânea. Para essa finalidade, a metodologia aplicada nesta investigação se baseia na pesquisa bibliográfica, na observação de campo, considerando a atuação profissional da autora no tema, e na coleta de dados por meio de entrevistas abertas, a fim de compor um caráter científico qualitativo.

As entrevistas foram realizadas com profissionais envolvidos na área de livro, leitura, literatura e bibliotecas no que tange a implementação e gestão da Biblioteca Parque de Manguinhos bem como as políticas públicas culturais no Brasil e no contexto ibero-americano. São eles: Alexandre Pimentel (Biblioteca Parque de Manguinhos),

² BAPTISTA, D. M. Entre a informação e o sonho: o espaço da biblioteca contemporânea. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 19-27, jan./abr. 2009.

DUMER, L. et al. Bibliotecas contemporâneas: dos processos técnicos à busca por competências informacionais. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, Porto, v. 3, n. 13, p. 220-233, 2020.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (Org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017, cap. 1.

Yke León (Superintendência de Leitura e Conhecimento da SECEC), Luz Estela Peña Gallego (Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín), Jeimy Hernández (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe – CERLALC), José Castilho Neto (Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL), Renata Costa (PNLL e Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro – PELLB), Luiz Fernando Pinto (Consultor da área de Literatura do PNLL 2024 – 2034) e o Virgílio dos Santos (Biblioteca Parque de Manguinhos e articulador territorial do Complexo de Manguinhos).

Esta dissertação é composta por três partes, além da introdução e das reflexões e contribuições para o campo. A estrutura foi adotada para proporcionar uma coerência e abrangência do conteúdo, permitindo uma análise sistemática dos aspectos relevantes. O primeiro capítulo aborda o papel e a importância da biblioteca pública na sociedade, sua contribuição para a formação do capital social e cultural dos indivíduos, seu panorama nacional e suas transformações decorrentes dos avanços tecnológicos e sociais na atualidade.

O segundo capítulo trata das políticas culturais do segmento de livro, leitura, literatura e bibliotecas, refletindo seu histórico, contexto político e suas perspectivas para as bibliotecas públicas. Por fim, o terceiro apresenta a análise da Biblioteca Parque de Manguinhos, expondo seu histórico, implementação, atuação, gestão, relação com o território e a inspiração do modelo colombiano.

Em síntese, o presente estudo tem como objetivo compreender a inter-relação das políticas culturais do segmento do livro e leitura com as bibliotecas públicas, visando contribuir para a garantia e sustentabilidade das práticas e infraestrutura desses equipamentos culturais em benefício da sociedade. Pretende-se investigar a eficácia dessas políticas na promoção e fortalecimento dessas instituições, facilitando o acesso à cultura, educação, informação, lazer, patrimônio cultural e engajamento comunitário.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA: CONCEITO, TENDÊNCIA E SOCIEDADE

Para muitas civilizações ao redor do mundo, a biblioteca é uma antiga conhecida. A forma como essa instituição se apresenta, ao longo dos anos desde o século XIX, é semelhante em muitos países, caracterizando-se por extensas estantes que abrigam inúmeros livros em suas prateleiras e com profissionais que prezam pela ordem e o silêncio em suas instalações.

Há muito que tais práticas consolidadas no imaginário popular vêm sendo modificado em decorrência das transformações sociais e tecnológicas que as sociedades vêm sofrendo na contemporaneidade. Essas mudanças têm impulsionado debates sobre o papel e a importância da biblioteca na Era da Informação, onde sua essência atrelada somente a pesquisa perde o sentido face à rapidez e praticidade da tecnologia na palma da mão com os smartphones e instantâneo acesso à Internet. Porém, não se trata apenas de um centro de informação voltada para estudos e pesquisas, mas a biblioteca também se compõe como um organismo complexo que promove, além dos recursos informacionais, a democratização do acesso à cultura, educação, cidadania e lazer, e tem como desafio se adaptar às demandas sociais, políticas e tecnológicas contemporâneas, a fim de atender as comunidades em seu território.

Com objetivo de traçar caminhos promissores e sustentáveis³ para as bibliotecas públicas em escala mundial, organizações internacionais debatem sua relevância para as sociedades contemporâneas e lançam marcos a fim de contribuir para suas atuações. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) publicaram um manifesto⁴ que descreve e norteia o papel da biblioteca pública com diretrizes voltadas para educação, cultura e tecnologia. Para a IFLA; UNESCO (2022) “Este Manifesto proclama a crença da UNESCO na biblioteca pública como uma força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos.”.

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação. Ela fornece um espaço de acesso público para a produção de conhecimento, compartilhamento e troca de informações e cultura, como também a promoção do engajamento cívico. **As bibliotecas são geradoras de comunidades**, buscando proativamente novos públicos e utilizando uma **escuta eficaz para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida.** (IFLA; UNESCO, 2022, grifo nosso).

³ Para fins desta dissertação, entende-se como “sustentável” a capacidade de gestão da biblioteca a longo prazo, considerando aspectos ambientais, financeiros, sociais, tecnológicos e culturais.

⁴ Manifesto para as Bibliotecas Públicas é um documento mundialmente instituído desde 1949 pela UNESCO, passando por diversas atualizações (1949, 1972, 1994 e 2022), construído em parceria com a IFLA, que visa reiterar a crença dessas organizações internacionais nas bibliotecas públicas.

Segundo Milanese (1983, p. 21), as bibliotecas deixaram de ser coleções privadas para serem serviços para a coletividade. Com isso, a biblioteca pública vem sendo configurada como um espaço plural que visa promover a transformação social por meio do acesso à informação, cultura, educação, lazer e cidadania, preservando e disseminando as heranças culturais e as ferramentas necessárias para a construção do conhecimento, independente da linguagem (literatura, teatro, dança, música, artes visuais, audiovisual, entre outras) e o suporte informacional (impresso, digital, sensoriais, entre outros), potencializando o espaço da biblioteca como um **lugar de convivência, experiências, práticas e saberes individuais ou coletivos**.

Ao longo do século XX essa dinamicidade das bibliotecas públicas alcançou novas concepções, modificando paradigmas ao redor do mundo a respeito de seu formato, transformando-se de um depósito acumulador do conhecimento, do objeto livro propriamente dito, para um espaço democrático que promove a criatividade e práticas colaborativas para a coletividade. A biblioteca é um polo de diversidade informacional comprometida em apoiar a construção do capital social e cultural, isto é, em auxiliar na formação dos indivíduos dos territórios por meio do acesso à informação, cultura, educação, cidadania e lazer, contribuindo para a geração do conhecimento e senso crítico.

Isso significa que a biblioteca pública contemporânea – termo utilizado nesta dissertação como alusão ao tempo presente e não como um conceito biblioteconômico no tocante às Tecnologias da Informação e Comunicação⁵ e das competências informacionais⁶ - é um equipamento cultural – sendo subordinada, na maioria das vezes, às pastas governamentais de Cultura - disponibilizada de forma gratuita, democrática e inclusiva, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural, educacional e tecnológico da sociedade, promovendo o contato das populações com a criatividade, diversidade e conhecimento, em compromisso com o território.

Medeiros (2010) aponta a biblioteca pública como um espaço de **construção da cidadania**, Silveira e Reis (2011) abordam as **bibliotecas públicas como espaço de práticas culturais**, Rasteli e Cavalcante (2013) ressaltam o lugar de mediação da leitura, Flusser (1980; 1983) destaca a **ação cultural**, Silveira e Reis (2011) também evocam os **lugares de memória**. Como pode-se notar, são múltiplas as narrativas que surgem em torno do conceito e das

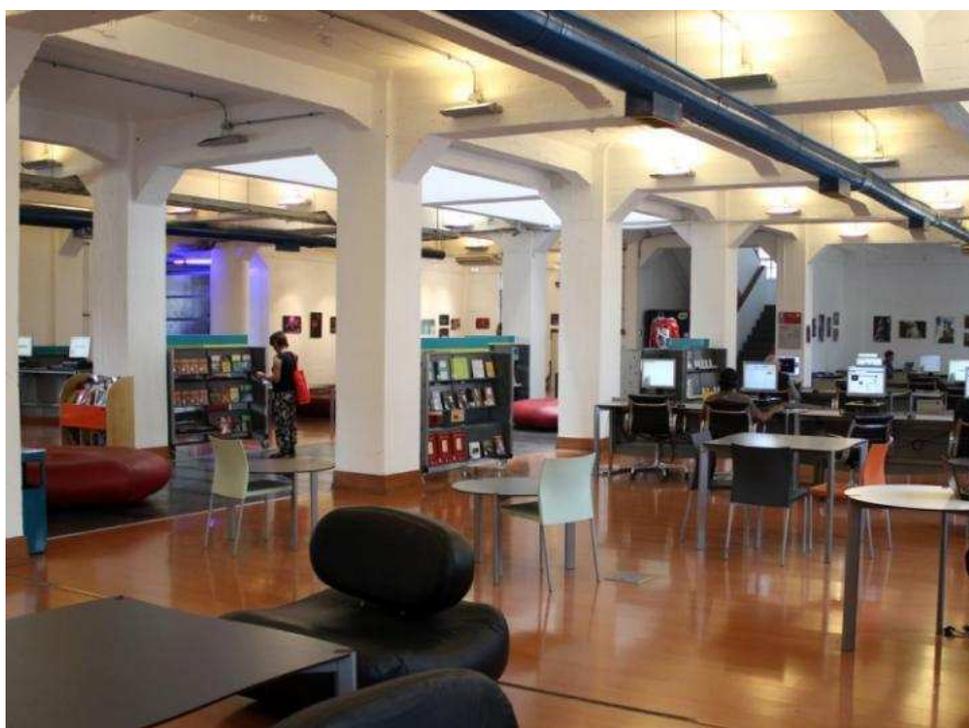
⁵ As Tecnologias da Informação e Comunicação abrangem um conjunto diversificado de recursos tecnológicos, como computadores, Internet, dispositivos móveis, softwares, sistemas e redes. Esses recursos desempenham um papel crucial na sociedade contemporânea, impulsionando a transformação digital, facilitando o acesso à informação e a comunicação, viabilizando a criação e o compartilhamento de conteúdo.

⁶ Idem, p. 8.

funções atribuídas às bibliotecas públicas em nossa sociedade. (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 118, grifo nosso).

Considerando os conceitos abordados, vale destacar alguns exemplos de bibliotecas contemporâneas no cenário sul-americano, que sobressaem ao se adaptarem às mudanças sociais e tecnológicas, buscando impactar os territórios com suas instalações e serviços, imprimindo assim o caráter dinâmico e criativo desses equipamentos culturais, como a Biblioteca de Santiago (Chile), a Biblioteca Luís Ángel Arango (Colômbia) e a Biblioteca Mário de Andrade (Brasil).

Figura 1 – Instalações da Biblioteca de Santiago (Chile)



Fonte: *Website* da Biblioteca de Santiago (2023)

Figura 2 – Instalações da Biblioteca Luís Arango (Colômbia)



Fonte: Flickr da Red Cultural del Banco de la República en Colombia (2017)

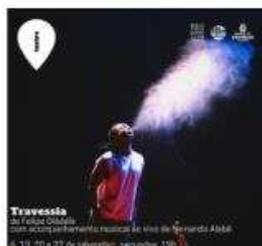
Figura 3 – Instalações da Biblioteca Mário de Andrade (Brasil)



Fonte: Website O Globo (2015)

Figura 4 - Programação cultural no *website* da Biblioteca Mário de Andrade

SERVIÇOS

**Teatro: Travessia**

Após viajar para Cabo Verde em busca de danças locais, bailarino e ator Felipe Oládélé reflete sobre a negritude brasileiro em espetáculo solo

**Teatro: Punk Rock - Violência na escola**

Companhia da Memória encena premiada peça do dramaturgo inglês Simon Stephens sobre bullying, inspirada no massacre de Columbine

**Clube de Poesia da Mário**

Em modalidade presencial e online, atividade foca em obras de poetas contemporâneas do Brasil e exterior

**Feira de troca de livros da Mário**

Evento mensal permite a troca de livros de diferentes gêneros, estimulando a leitura e a interação entre leitores

Fonte: *Website* da Biblioteca Mário de Andrade (2023)

Figura 5 - Release da peça de teatro “Travessia” na grade de programação da biblioteca

Teatro: Travessia

17:12 06/11/2023 Q

Em novembro, o ciclo de teatro da Biblioteca traz a público “Travessia”, solo do dramaturgo, ator e bailarino Felipe Oládélé que reflete sobre a negritude brasileira e suas lutas.

O projeto nasceu a partir de uma viagem a Cabo Verde feita por Oládélé em 2019. No país, constituído por dez ilhas e cinco ilhotas, o artista participou de uma residência artística sobre as danças locais. Desse encontro com a cultura local, nasceu a dramaturgia de “Travessia”.

Como o próprio nome sugere, a peça se origina de um deslocamento, mas também trata da volta e do reencontro com o Brasil, visto sob outra perspectiva. Nas palavras do dramaturgo, trata-se também de uma “travessia interna”.

Após cada apresentação, Felipe Oládélé debate alguns dos temas abordados no espetáculo, como diáspora africana, ancestralidade e masculinidades negras. Todas as conversas contam com a presença de um convidado que pesquisa ou aborda essas questões em seus trabalhos artísticos.

Na estreia do dia 6, o debate é com o músico, performer, historiador e pesquisador Salloma Salomão Jovino.

Felipe Oládélé é ator, diretor e dramaturgo. Em 2022, atuou na série “Rota 66” da Globoplay, e no Especial de Natal “Comadres”, da TV Globo. Em 2023 atua na novela das 21h, “Terra e Paixão”, do autor Walcyr Carrasco, também na TV Globo.

13 de novembro - debate com Kwame Yonatan (psicanalista e poeta)

20 de novembro - debate com Jhonny Salaberg (ator e dramaturgo)

27 de novembro - debate com Miguel Rocha (diretor e produtor cultural, sócio-fundador da Companhia de Teatro Heliópolis)

Fonte: *Website* da Biblioteca Mário de Andrade (2023)

Figura 6 - Programação cultural no *website* da Biblioteca de Santiago: Festas pátrias com jazz



Fonte: *Website* da Biblioteca de Santiago (2022)

Figura 7 - Programação cultural no *website* da Biblioteca de Santiago: Exposição Power Rangers



Fonte: *Website* da Biblioteca de Santiago (2022)

Na constante busca por aprimorar os espaços e os serviços das bibliotecas públicas e impactar territórios, muitas iniciativas inovadoras vêm emergindo. Segundo Silva (2012, p. 29) a biblioteca pública da atualidade tende a se assemelhar às bibliotecas parque colombianas, marcadas por sua arquitetura moderna e pela presença de equipamentos tecnológicos de ponta, aparentando-se como centros culturais, voltadas para o desenvolvimento do capital social e cultural dos territórios.

O bem-sucedido modelo de bibliotecas criadas em Bogotá e Medellín, que se assemelham a centros culturais, é um exemplo de que é possível uma biblioteca agir como um ambiente para desenvolvimento local em regiões de pobreza e violência. **A comunidade do entorno tem lá a possibilidade de se reunir e organizar em prol de melhorias, de qualidade socioeducativas e de se fortalecer por meio dos serviços culturais.** (FERNANDEZ-VILLAVICENCIO apud SILVA, 2012, p. 30, grifo nosso).

O referido projeto é uma iniciativa célebre do governo colombiano para **combater os altos índices de vulnerabilidade** na cidade de Medellín, a fim de fortalecer e transformar os territórios marcados pela violência do narcotráfico, por meio da implementação de bibliotecas atrativas e tecnológicas em complexos urbanísticos denominados Parque, cunhando o nome do projeto. O intuito é que essas bibliotecas

atuem como espaços de convivência, desenvolvendo a colaboração na participação ativa das comunidades nos serviços da biblioteca, sobretudo socioculturais. Nesta dissertação, veremos um estudo de caso sobre essa experiência no Brasil com a **Biblioteca Parque de Manguinhos**, projeto inspirado na proposta colombiana e instalada em um território de constante conflito.

Portanto, vale ressaltar que as Parque Bibliotecas, como são chamadas na Colômbia, são bibliotecas públicas com objetivos e diretrizes comprometidos com a sociedade conforme conceitos mencionados anteriormente, mas não significa que toda biblioteca pública seja uma Biblioteca Parque, como são chamadas no Brasil. Apesar das semelhanças no que tange a proposta estética predial moderna entre outros fatores, as bibliotecas parque são equipamentos que visam impactar positivamente um território em vulnerabilidade social especificamente, atuando de forma integrada com outros segmentos como saúde, assistência social, educação, cultura e habitação, em um complexo urbanístico.

Assim, as bibliotecas parque se destacam por estarem situadas em regiões de vulnerabilidade social, buscando promover práticas educacionais, culturais e sociais, encorajando a participação ativa das comunidades em complexos urbanísticos chamados de parque. São construções contemporâneas, com espaços amplos destinados a atividades culturais, mobiliário inclusivo, tecnologia avançada, variedade de materiais e colaboração da comunidade nas ações da biblioteca.

Neste novo conceito de bibliotecas, o acervo e o mobiliário são programados para oferecer um ambiente agradável e propício a momentos de estudo e lazer, de forma a contribuir para o enriquecimento da vida da comunidade. A dinâmica e a modernidade dessa biblioteca são importantes na formação do cidadão favorecendo a construção democrática da sociedade ao proporcionar a toda a população, **especialmente aos segmentos econômicos desfavorecidos**, a possibilidade de utilizar tecnologias da informação, obter informações de utilidade diária e para entretenimento. (SILVA, 2012, p. 30, grifo nosso).

2.1 Panorama das bibliotecas públicas brasileiras: I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas

A fim de compreender em âmbito nacional o panorama das bibliotecas públicas de um modo geral, vale trazer à reflexão uma pesquisa realizada em 2009 e publicada em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas a pedido Ministério da Cultura, chamada Censo Nacional das Bibliotecas Públicas. Observa-se para esta dissertação, os seguintes

recortes: **instalações/estruturas físicas, os equipamentos, os acervos, as atividades de extensão e os fluxos dos usuários.**

Segundo dados disponibilizados no *website* do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas⁷ (SNBP), mapeados entre os anos de 2022 e 2023 em cooperação com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, o país tem 5.318 bibliotecas públicas, dentre estaduais e municipais, sendo 340 na região Norte, 1.772 na região Nordeste, 462 na região Centro-Oeste, 1.444 na região Sudeste e 1.300 na região Sul, considerando a totalidade de 5.570 municípios⁸ do país.

Do ponto de vista quantitativo, os dados apresentados parecem favoráveis no que diz respeito ao número de bibliotecas nos municípios do Brasil, como mencionado por Ceccantini et al. (2010, p. 29): “Ao final de 2010, já podemos afirmar que a meta de zerar o número de municípios sem biblioteca no país foi atingida”⁹, e Brayner (2019), então subsecretário do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, em entrevista para a Agência Câmara de Notícias¹⁰: “cerca de 95% dos municípios tem bibliotecas. Então, o desafio hoje não me parece ser exatamente criar bibliotecas, mas qualifica-las, garantindo orçamento próprio e espaços adequados”. Apesar de não haver uma lei que regulamente a implementação de bibliotecas públicas em cada município, conforme pesquisas realizadas para esta dissertação, as ferramentas utilizadas para este quesito foram: a **diretriz da universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas**, prevista no artigo 2º da Lei 13.696/2018, que institui a **Política Nacional de Leitura e Escrita**, oriunda do **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**, como salienta a coordenadora do SBNP, Marina Rabelo, em 2023, em trocas de e-mails sobre a pesquisa, e a **Portaria MinC 117 de dezembro de 2010**, que determina como requisito para a alocação de recursos do Ministério da Cultura aos governos estaduais e municipais a presença de bibliotecas públicas que atendam satisfatoriamente às necessidades da população.

⁷ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi estabelecido em 1992 pelo Ministério da Cultura (MinC) e é responsável pela estruturação das bibliotecas públicas do país, em parceria com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, visando a promoção, articulação, mapeamento e desenvolvimento dessas instituições culturais, por meio das políticas públicas culturais do segmento.

⁸ IBGE, 2016.

⁹ CECCANTINI, et al. **Caderno do PNLL**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

¹⁰ QUEIROZ, C. Mesmo com mais de 6 mil bibliotecas no País, brasileiros ainda têm dificuldade no acesso à leitura. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/442zKdJ>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Elas, nominalmente, existem em quase todos os municípios brasileiros. No entanto, **a maioria delas não se vincula às atividades culturais e nem mesmo à informação.** A tendência é que se extingam sem que haja decisões locais em busca da recriação de seu papel. (MILANESI, 2013, p. 62, grifo nosso).

Uma das maiores preocupações a respeito das bibliotecas públicas é o cenário de negligência e abandono que se encontram ao longo dos anos, salvo algumas poucas iniciativas sem continuidade. O referido Censo Nacional de Bibliotecas Públicas demonstra o interesse do governo vigente à época na importância da compreensão do cenário das bibliotecas no país para implementação de novas estratégias e ações. Na ocasião foram pesquisados 5.565 municípios brasileiros constatando o funcionamento de 4.763 bibliotecas públicas.

Gráfico 1 - Municípios brasileiros com pelo menos uma biblioteca pública, que estão em processo de implantação ou em fase de reabertura (%)



Fonte: Dados do I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas (2010)

Segundo dados do estudo, 69% das bibliotecas públicas funcionam em prédios próprios do poder público com 33% delas alocadas em espaços de até 60 metros quadrados e 53% com condições inadequadas, como iluminação, ventilação, mobiliários e equipamentos. No que tange a aquisição de computadores, 36% não possuem computadores e 35% tem apenas um para uso interno dos funcionários da biblioteca, sendo 55% sem acesso à Internet.

A pesquisa mostra que entre as bibliotecas que estão em funcionamento, apenas 45% têm computadores com acesso à internet, e boa parte destas não disponibilizam o serviço para os usuários. Além disso, 88% dos estabelecimentos não têm nenhum tipo de atividades de extensão, como oficinas e rodas de leitura. Ainda segundo a pesquisa, 83% do acervo destas instituições é constituído por doações. Os usuários frequentam a biblioteca, em média, apenas 1,9 vezes por semana e utilizam o local preferencialmente para pesquisas escolares (65%). (FREITAS; SILVA, 2014, p. 129).

Gráfico 2 – Oferta de atividade de extensão



Fonte: Dados do I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas (2010)

É importante destacar que os dados citados são do levantamento realizado no ano de 2009, vigência de uma administração pública preocupada com as questões culturais, sociais e educacionais no país, tendo sido realizadora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), viabilizando investimentos em diversas áreas, inclusive a cultural, e ainda sim, a situação das bibliotecas não era adequada. Com isso, faz-se necessária a realização de uma nova pesquisa, a fim de atualizar o cenário, certamente mais desfavorável, tendo em vista os últimos seis anos vividos pelo país, administrado por um poder executivo com nítida e intencional política de censura e desmonte.

Conforme indicam os dados, as bibliotecas estão alocadas em edificações precárias, ainda que em prédios próprios do poder público local, sem estrutura apropriada para condicionar seus acervos e acomodar seus leitores nos espaços, sem oferta de lazer, cultura e educação para o público. Há também uma ausência de profissionais habilitados nas áreas competentes para o bom funcionamento de uma biblioteca pública, para atuação com os recursos e competências informacionais, bem como as necessidades socioculturais da população. Esses espaços precisam de bibliotecários, produtores culturais, mediadores de leitura¹¹, assistentes sociais, educadores, comunicólogos, entre outros.

Gráfico 3 – Condições da biblioteca



Fonte: Dados do I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas (2010)

Vale ressaltar que existem outras pesquisas relevantes na área de alcance nacional, que podem contribuir para o panorama do segmento do livro, leitura, literatura e bibliotecas, como a “Retratos da Leitura”¹², realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), em sua 5ª edição em 2019; a da Rede Leitura e Escrita de Qualidade para Todos

¹¹ Mediadores de leitura são figuras essenciais no processo de formação de leitores. Seu papel é promover o interesse e o prazer pela leitura de forma crítica e autônoma.

¹² Retratos da Leitura é uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro (IPL) desde 2007, em sua 2ª edição, com o objetivo de avaliar as condições, comportamento e perfil da leitura no Brasil.

(LEQT)¹³, em 2020; e o “Brasil que lê” do Instituto Itaú Cultural em parceria com o Instituto Interdisciplinar de Leitura da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e Cátedra da UNESCO de Leitura PUC-Rio¹⁴, em 2021, respectivamente, tratam sobre o hábito, fomento e as condições da leitura, sobretudo nas bibliotecas públicas e escolares; as políticas públicas culturais e os projetos literários desenvolvidos no Brasil.

A fim de debater o papel da biblioteca pública para a sociedade brasileira, no que tange a fruição de seu espaço e suas práticas como fundamentais para o território na geração e fortalecimento do capital social e cultural dos indivíduos, esta dissertação direciona suas reflexões ao estudo de caso da **Biblioteca Parque de Manguinhos**, no bairro de Benfica, no Rio de Janeiro.

2.2 Biblioteca Parque: uma concepção colombiana, uma tendência latino-americana

O conceito de Biblioteca Parque teve origem nos anos 2000, na cidade de Medellín, Colômbia, como resultado de uma ambiciosa iniciativa do governo colombiano em promover uma **intervenção** na cidade **por meio da cultura, educação e equidade**, sendo parte de uma estratégia abrangente de **revitalização urbana e social**, que tinha como objetivo incluir e recuperar as classes sociais **menos favorecidas**, que enfrentavam desafios significativos decorrentes de uma década marcada por intensa atividade do narcotráfico, acarretando em violência, desigualdade social e pobreza, como já visto anteriormente.

Tais projetos se apresentam principalmente como ícones de um conjunto de ações por parte do poder público no enfrentamento da precariedade e violência urbana. Os projetos se associam localmente a uma série de outros equipamentos e espaços públicos de transformação territorial destinados a bairros com grande déficit de edifícios educacionais, espaços de convivência, recreação e lazer, e que carregam também as maiores taxas de violência urbana (ZUQUIM; MAZO; BRANDÃO, 2013 apud SILVA, 2017).

Ao envolver ativamente a comunidade e integrá-la à biblioteca, a iniciativa tinha como objetivo unir os **territórios vulneráveis** a serviços essenciais e comunitários em um extenso **complexo urbanístico chamado Parque**. O núcleo desse complexo era uma biblioteca moderna, equipada com salas de leitura, atividades artísticas e tecnologia

¹³ O mapeamento dos planos de leitura no Brasil foi um levantamento realizado pela Rede Leitura e Escrita de Qualidade para Todos (LEQT), em 2020, com o objetivo de identificar e avaliar as criações e desenvolvimentos dos planos de livro e leitura no Brasil.

¹⁴ Brasil que lê é um estudo realizado em 2021 pelo Instituto Itaú Cultural com a Cátedra da Unesco de Leitura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com intuito de mapear e avaliar os projetos leitura e suas práticas na formação de leitores no Brasil.

de ponta, dando origem ao nome do projeto, Parque Biblioteca¹⁵. Nesse cenário, a biblioteca tornou-se um ponto central não apenas para pesquisas, mas também para acesso à cultura, promoção de uma horta comunitária, estímulo à economia familiar, fomento à cidadania, promoção da saúde, assistência à habitação, democratização ao uso da tecnologia, entre outras iniciativas. Ou seja, neste contexto, a biblioteca transformou-se em um centro de promoção da cultura, educação e inclusão social em territórios vulneráveis, ofertando às comunidades qualidade de vida e bem-estar social por meio da fruição das instalações do local bem como dos serviços e práticas ali desenvolvidos, a fim de contribuir para a construção do capital cultural e social dos indivíduos.

Segundo consta no *website* do Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM) (2024), ao todo são dez bibliotecas parque na cidade. São elas: Parque Biblioteca Belén, Parque Biblioteca Fernando Botero, Parque Biblioteca Gabriel García Marquez, Parque Biblioteca José Horacio Betancur, Parque Biblioteca León de Greiff, Parque Biblioteca Manuel Mejía Vallejo, Parque Biblioteca Nororiental, Parque Biblioteca Nuevo Occidente, Parque Biblioteca Presbítero José Luis Arroyave e Parque Biblioteca Tomás Carrasquilla, sendo a primeira delas a ser inaugurada, a Parque Biblioteca Presbítero José Luis Arroyave.

Os Parques Biblioteca foram construídos para promover práticas educativas, culturais e sociais de seus bairros circundantes (PEÑA GALLEGU, 2011; RODRÍGUEZ et al., 2013), funcionando como pontos de transformação e fortalecimento das comunidades e culturas locais – ou como “dispositivos políticos”, da forma que sugeri no título do artigo. Ao todo, são nove Parques Bibliotecas construídos até hoje, localizados de forma a atender aos vários bairros e comunas de Medellín. (CAPILLÉ, 2017).

¹⁵ No Brasil, são conhecidas como Bibliotecas Parque. Por outro lado, na Colômbia, o termo utilizado é Parque Bibliotecas.

Figura 8 - Parque Biblioteca Nororiental (España) vista de cima



Fonte: *Website* da Huma (2015)

Figura 9 - Parque Biblioteca Fernando Botero



Fonte: Imagem da autora

Em diálogo com Luz Estela Peña Gallego (2024), líder de projeto do SBPM, a realização bem-sucedida do projeto foi atribuída ao comprometimento do governo na sua execução, graças à implementação de políticas públicas que viabilizaram o êxito da iniciativa. A começar pela atuação do SBPM que desempenhou um papel crucial, com participação ativa nessas políticas, contribuindo de maneira fundamental para este sucesso.

Em 2000, com o Decreto 151, se cria a Secretaria de Cultura Cidadã. Com ela passam as Bibliotecas Públicas Escolares a denominar-se Bibliotecas Públicas e a depender deste escritório. Em 2006, o Acordo 048 dá origem ao Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM), o mesmo que incorpora a Biblioteca Pública Piloto para a América Latina, como entidade descentralizada do município de Medellín, com a criação do SBPM se inicia também o ciclo dos primeiros Parques Biblioteca. (COLÔMBIA, 2024, tradução nossa).

O SBPM surge de uma proposta a partir de um diagnóstico das bibliotecas escolares em 2004, e na incorporação da Biblioteca Piloto de Medellín a este sistema. Em 2005, as conversas se iniciam no objetivo de projetar a cidade e o acesso nos Parques Bibliotecas como espaços de família e acolhimento, ou seja, espaços de convivência, como ressaltou Andrea Rojas, agente cultural da cidade, em conversa em 2018. Entre 2006 e 2008, cinco Parques Bibliotecas foram inauguradas em Medellín.

Portanto, o SBPM é uma rede de bibliotecas que atuam por interesses comuns, buscando assegurar o livre acesso às informações, leitura, escrita, conhecimento, pensamento e apreciação da cultura para todos os cidadãos. O objetivo é proporcionar uma participação ativa de todos em todas as fases da vida, contribuindo para consolidar uma sociedade que reconhece suas condições socioculturais, interage com diversas culturas, e é capaz de utilizar e gerar informações e conhecimentos para transformar tanto a vida individual quanto a coletiva de maneira participativa e democrática.

Em 2012, a Subsecretaria de Leitura, Bibliotecas e Patrimônio foi estabelecida pelo Decreto 1364, assumindo a responsabilidade pela execução das atribuições pertinentes à Secretaria de Cultura Cidadã, como:

- Orientar as políticas visando fomentar o desenvolvimento cultural da cidade;
- Direcionar a política pública para o reconhecimento e a valorização dos direitos culturais;
- Guiar a atuação do Sistema de Bibliotecas Públicas da cidade;

- Conduzir as políticas relacionadas a bibliotecas, leitura, escrita e circulação do livro em Medellín;
- Assegurar o acesso irrestrito à informação, à leitura, ao conhecimento, ao pensamento e à cultura.

Vale destacar também as estratégias delineadas pelo Plano de Desenvolvimento 2004-2007: “Medellín, compromisso de toda cidadania”, do governo da cidade de Medellín, onde buscou-se atuar em cinco principais eixos, a fim de resgatar a cidade no combate à desigualdade social, pobreza e violência. São eles:

- Governável e Participativa;
- Social e Inclusiva;
- Espaço para o encontro cidadão;
- Produtiva, Competitiva e Solidária;
- Integrada com a região e com o mundo.

Figura 10 - Estrutura do modelo de atuação do Plano de Desenvolvimento 2004-2007 da cidade de Medellín



Fonte: COLÔMBIA, 2004.

2.3 Bibliotecas e territorialidades: conectando comunidades, vivências e culturas

A presença de uma biblioteca pública em um território é fundamental, pois, em muitas regiões do Brasil, ela é um dos poucos espaços culturais acessíveis à população. Geralmente situada em praças e compondo um conjunto arquitetônico significativo ao lado de instituições como a igreja, a delegacia, a escola e a câmara dos vereadores, a biblioteca pública se destaca como um ponto de encontro e referência comunitária, oferecendo oportunidades de fruição cultural e social para a população. Quando esses espaços culturais dialogam com a população, refletindo seus modos de ser e suas necessidades, tornam-se verdadeiros catalisadores de desenvolvimento social e cultural, fortalecendo o tecido comunitário e promovendo a cidadania ativa. Portanto, a biblioteca pública desempenha um papel insubstituível na valorização e dinamização dos territórios que ocupa, contribuindo significativamente para a qualidade de vida e para o empoderamento das comunidades locais.

A biblioteca pública precisa construir um território local de atuação para esta sociedade. Precisa se fazer presente e atuante. Reconhecida. Necessária. Para isto é importante a reflexão de seu papel na sociedade, reconhecer sua identidade local, sua função para o desenvolvimento da cultura e da cidadania. Por ser um serviço público, “deveria reconhecer sua potencialidade para a transformação das estruturas sociais” (DÍAZ, 2006, p. 23 apud BERNARDINO, 2017, p. 94).

Nesse contexto, a relação entre a biblioteca e o território que ela ocupa deve ser orgânica. Faz parte de sua missão compreender a identidade e a diversidade cultural locais, a fim de contribuir para o desenvolvimento social por meio da oferta de serviços que dialoguem com a realidade e as expectativas da população. Vale ressaltar que a missão da biblioteca pública é atender aos seus frequentadores, o que implica a necessidade de conhecê-los profundamente, valorizando suas vivências, tradições, identidades e produções culturais.

Dois exemplos notáveis de atuação nesse sentido são o Programa Conecta Biblioteca e a Rede de Bibliotecas Parque. O Programa Conecta Biblioteca, de âmbito nacional e realizado pelo terceiro setor, oferecia formação e monitoramento a bibliotecas públicas, capacitando os profissionais em áreas como elaboração de projetos, produção cultural e marketing digital, com o objetivo de potencializar suas práticas para melhor atender aos seus territórios.

A Rede de Bibliotecas Parque, com ênfase na Biblioteca Parque de Manguinhos, foco desta dissertação, exemplifica um espaço cultural que preza pela modernidade em sua infraestrutura, conforto em seu espaço e inovação em seus equipamentos, inserido em um território vulnerável. Essa biblioteca foi concebida para integrar um complexo urbanístico que visava dialogar com os setores de educação, saúde e assistência social, contribuindo para a revitalização e o desenvolvimento integral da comunidade local.

Betancur (2007) entende que a construção social de um território local para as bibliotecas públicas é a interpretação da expressividade do cenário de identidades local e regional da comunidade usuária em prol da coletividade futura. Essa concepção é dada a partir dos processos de construção social da informação, do fomento à leitura e à cultura e se consolida pelo estímulo aos processos de participação da sociedade e das possibilidades de interação e transformação. (BERNARDINO, 2017, p. 95).

Figura 11 - Chafariz na parte externa da Biblioteca Parque de Manguinhos



Fonte: *Website* do Jorge Mario Jáurequi

Para refletir melhor a conexão que uma biblioteca pública, enquanto espaço público para toda a população, independentemente de raça, credo, gênero ou ideologia, pode estabelecer com um território, segue uma breve descrição iconográfica da figura acima (figura 11), que retrata crianças brincando em um chafariz no ambiente externo da Biblioteca Parque de Manguinhos, inserida no complexo urbanístico implementado na região.

A imagem apresenta um grupo de crianças brincando em uma fonte de água ao ar livre, situada no parque urbanístico que abriga a biblioteca, além de outros equipamentos voltados à saúde, educação e assistência social, como mencionado anteriormente. Ao fundo, é possível ver a biblioteca de fachada avermelhada, com grandes portas e janelas. As crianças estão posicionadas em uma área circular com piso de cores vibrantes, enquanto o entorno é composto por árvores e gramado, sugerindo o uso do parque como um espaço de pertencimento.

Em interação espontânea e coletiva, as crianças demonstram a fruição do espaço de forma lúdica e livre. A postura descontraída delas simboliza um momento de lazer, liberdade e pertencimento, evidenciando que a estrutura é parte do território e deve ser utilizada pela comunidade.

A imagem representa uma cena de lazer popular em um espaço público comunitário, reforçando o papel da biblioteca como um local de convivência e inclusão. Ela evoca reflexões sobre a importância de espaços públicos de qualidade, acessíveis e que promovam o bem-estar nos territórios, elementos que a biblioteca incorpora em sua essência.

3 POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO E A LEITURA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo tem como objetivo explorar a influência das políticas culturais no contexto das bibliotecas públicas, considerando seu breve histórico e marcos importantes nesse percurso até os dias atuais. A política cultural com destaque nesse trabalho é o **Plano Nacional de Livro e Leitura**, podendo haver integrações em alguns pontos com o Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que a adoção dessas duas políticas para esta dissertação está em sintonia com a análise realizada sobre a Biblioteca Parque de Manguinhos, pois

reflete a concretização dos princípios que essas ferramentas visam promover como a democratização do acesso, a valorização da diversidade cultural e a promoção da formação de leitores para uma sociedade mais justa, sobretudo em um território em vulnerabilidade social.

3.1 Concepção e breve histórico das políticas culturais no Brasil

As bibliotecas públicas são espaços socioculturais fundamentais no desenvolvimento do capital cultural e social dos indivíduos na sociedade, como mencionado anteriormente. E para entender como elas se relacionam no âmbito das políticas culturais, é essencial que se compreenda, inicialmente, a concepção de políticas culturais. Para tal, esta dissertação apresenta a concepção latino-americana de Canclini (1987) que diz:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (CANCLINI, 1987, p. 26 apud ROCHA, 2016, p. 685).

Sendo assim, as políticas culturais são intervenções efetuadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários com o objetivo de atender as necessidades culturais da sociedade, considerando a diversidade cultural, ou seja, a pluralidade artística, cultural e identitária dos grupos, por meio de um processo democrático e participativo com escuta ativa. Esta concepção traz para a reflexão o “lugar múltiplo e o olhar ampliado sobre a produção da cultura” (CALABRE, 2019, p. 136), com a participação de diversos atores trazendo a pluralidade para a construção das políticas, inserindo fazeres culturais, inclusive populares, rompendo com um caráter cultural do século XX para as elites, valorizando assim essa diversidade cultural.

Segundo Rubim (2007, p. 13): “Neste horizonte teórico-conceitual, falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, em, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas”. Neste contexto, as políticas culturais englobam as diretrizes, estratégias e medidas adotadas por órgãos governamentais, entidades privadas e a sociedade civil com o propósito de estimular, preservar e enriquecer as manifestações culturais da sociedade. Essas ferramentas são baseadas em princípios que valorizam a diversidade cultural, promovem o acesso

equitativo aos recursos culturais, incentivam a criação artística e intelectual, e fortalecem as identidades culturais locais e nacionais, conforme mencionado anteriormente.

Portanto, as políticas culturais desempenham um papel crucial no reconhecimento, apreciação e fortalecimento das bibliotecas públicas, dado o seu impacto na promoção da cultura, da cidadania, na disseminação do conhecimento e na transformação social. Para uma análise mais consistente da relação proposta, é essencial destacar alguns aspectos significativos do **contexto histórico** do país bem como a trajetória das políticas culturais, sobretudo de livro e leitura. Um marco importante nesse sentido foi a criação do **Instituto Nacional do Livro (INL) em 1934**, sob a alçada do Ministério da Educação e Saúde, liderado pelo então ministro Gustavo Capanema. A fundação do INL marcou um ponto importante no que tange a iniciativa de implementação de uma política cultural na área do livro e da leitura, concentrando-se na promoção da produção e difusão de livros, na criação de bibliotecas e no fomento à leitura, com o objetivo de incentivar e fortalecer a indústria do livro.

A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. A potência desta atuação pode ser dimensionada, por exemplo, pela quantidade de instituições criadas, em sua maioria já no período ditatorial. Dentre outras, podem ser citadas: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); **Instituto Nacional do Livro (1937)** e Conselho Nacional de Cultura (1938). Também não é mera casualidade que este período esteja entre os mais contemplados em termos de estudos. (RUBIM, 2007, p. 16-17, grifo nosso).

Outro marco relevante ocorreu em 1976, com a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas, vinculado ao INL. Essa iniciativa visava fortalecer as bibliotecas públicas no Brasil em seu propósito de incentivar a leitura e promover o acesso ao conhecimento. Além disso, buscou descentralizar o planejamento das bibliotecas públicas, criando sistemas regionais para proporcionar-lhes maior autonomia.

Em 1987, por meio da Lei nº 7.624, foi estabelecida a Fundação Nacional Pró-Leitura, juntamente com a Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), vinculadas ao Ministério da Cultura. A Fundação Pró-Leitura tinha como objetivo promover e difundir o livro, incentivar o hábito da leitura e estimular o mercado editorial, além de apoiar cursos de Biblioteconomia e outras capacitações no setor, bem como preservar e divulgar a produção bibliográfica nacional.

Mais tarde, em 1992, o **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)**, ligado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e subordinado ao Ministério da Cultura, emergiu como a entidade responsável pela estruturação das bibliotecas públicas no país, por meio do Decreto Presidencial nº 520. Em colaboração com os **Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas**, essa estrutura tem como objetivo promover, articular, mapear e desenvolver essas instituições culturais por meio de políticas públicas específicas direcionadas ao setor.

Art. 2º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem os seguintes objetivos:

I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;

II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;

III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;

IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;

V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;

VI - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;

VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;

VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;

IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

Art. 3º Respeitado o princípio federativo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atuará no sentido de fortalecer os respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1992).

A interação entre a evolução das políticas culturais e os cenários políticos do país é essencial para compreender como essas políticas se desenvolveram, quais contextos e motivações. Portanto, convém salientar que, durante os anos 90, o Brasil passava por um período de reestruturação política, após duas décadas de regime militar

(1964-1985). Esse momento foi marcado pela promulgação de uma nova Constituição em 1988, que restabeleceu a democracia no país e culminou nas primeiras eleições diretas em 1989, elegendo Fernando Collor de Mello como presidente.

Nesse cenário de mudanças, destacam-se diversas transformações, especialmente no âmbito econômico, sob a liderança dos presidentes que se sucederam. O surgimento do Plano Real em 1994, liderado por Fernando Henrique Cardoso, foi crucial para estabilizar a moeda brasileira após anos de hiperinflação. Além disso, uma série de medidas de liberalização econômica, privatizações e abertura comercial foram implementadas.

Do ponto de vista político, a década de 90 foi marcada por uma série de eleições presidenciais e mudanças de governo. Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, renunciou em 1992 durante um processo de impeachment devido a acusações de corrupção, sendo sucedido pelo vice-presidente Itamar Franco. Em seguida, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em 1994, sendo reeleito em 1998.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – Partido Social-Democrata Brasileiro, 1995/2002 – deve ser considerado o ponto final da errática transição para a democracia e para um novo modelo econômico no país. [...] **O novo governo caracteriza-se pela implementação**, de modo menos tosco e mais enfático, **do projeto neoliberal no Brasil**. A retratação do Estado acontece em praticamente todas as áreas. Pretende-se que o mercado, imaginado como todo-poderoso e dinâmico, substitua o Estado. (RUBIM, 2007, p. 26, grifo nosso).

A interação da cultura com o mercado ganhou destaque com a criação de leis de incentivo, como a Lei Sarney em 1986, extinta posteriormente, e a **Lei Rouanet em 1991**, vigente até os dias atuais. Essa legislação permite a isenção parcial ou total de impostos de renda das empresas, incentivando-as a investir em projetos culturais. Esse modelo estabelece parcerias público-privadas, onde o governo renuncia a parte dos impostos devidos e as empresas aplicam recursos próprios na promoção de produtos culturais, aumentando a visibilidade de suas marcas.

Vale ressaltar que, nos anos 90, durante um período de contingência e negligência do governo com a cultura, esse mecanismo se consolidou como a única forma viável de sustentar economicamente o setor. Isso integrou a cultura à esfera da produção e do mercado, garantindo sua sobrevivência e desenvolvimento através do apoio privado.

Em um momento de escassez de recursos estatais, a lógica das leis de incentivo à Cultura torna-se componente vital para o financiamento da Cultura no Brasil. Segundo Botelho (2001), a área da Cultura passou a ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais e a produção cultural brasileira passou a desenvolver suas atividades dependendo basicamente das leis de incentivo fiscal. Durante todo o governo Collor houve um claro descomprometimento do Estado com a Cultura, caracterizado por Barbalho (2005) como uma “política de terra arrasada”. (BELÉM, DONADONE, 2013, p. 52).

No início dos anos 2000, um novo governo trouxe uma perspectiva visionária para o país em diversos setores, com destaque para a cultura. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito presidente e nomeou Gilberto Gil como Ministro da Cultura. Gil introduziu uma gestão inovadora que expandiu o conceito de cultura, visando impactar não apenas os agentes culturais, mas também a sociedade brasileira como um todo. Segundo Rubim (2007, p. 29) um dos principais desafios, já identificado em governos anteriores, era “construir políticas culturais em um regime democrático”, enfrentado por este governo com determinação. Nesse contexto, “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p. 11 apud RUBIM, 2007, p.29).

O campo das políticas públicas de cultura no Brasil sofreu profundas transformações, a partir do governo Lula e da gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. [...] As mudanças políticas iniciadas no Brasil, nos últimos dez anos, apontam tanto para ações compensatórias quanto para a busca de ações emancipatórias junto à sociedade. Determinadas políticas estão inscritas no bojo de um ambiente subjetivo de transformações na cultura política do país, que buscaram possibilitar novas legitimidades discursivas, a partir do reposicionamento de atores sociais e do fortalecimento/reconhecimento de discursos identitários de diferentes segmentos da sociedade brasileira. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014, p. 85).

No âmbito do livro e da leitura, uma série de iniciativas foram desenvolvidas devido ao interesse do governo na área cultural. Destacam-se o estabelecimento de convênios entre o Ministério da Cultura e as Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura por meio do **Programa Cultura Viva**¹⁶, possibilitando a ampliação de atuação de ações leitoras nos territórios com os Pontos de Leitura, Pontinhos de Cultura e apoio às Bibliotecas Comunitárias, na mesma lógica dos Pontos de Cultura, reconhecendo esses espaços como locais de fruição e produção cultural nos territórios.

¹⁶ Em 2004, o Programa Cultura Viva foi estabelecido com o propósito de ampliar o acesso da população brasileira à cultura, incluindo a produção, circulação e fruição de expressões culturais. Este programa foi uma iniciativa conjunta do Ministério da Cultura (MinC) em colaboração com os governos estaduais e municipais. Em julho de 2014, a Lei 13.018/2014, conhecida como Lei Cultura Viva, foi promulgada, conferindo ao programa status de política de Estado, a fim de garantir sua continuidade e importância para além de mudanças de governo.

Em 2004, por meio do Programa Livro Aberto, iniciou um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no país, assim como da modernização de bibliotecas já existentes. Durante o período de 2004 a 2011, em que perdurou o Programa Livro Aberto, foram criadas 1.705 novas bibliotecas e modernizadas 682. Esta ação era realizada por meio do estabelecimento de um contrato de comodato entre a FBN e a Prefeitura beneficiada, garantindo, assim, a entrega de um conjunto de equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo. Vale esclarecer que o Programa Livro Aberto era uma iniciativa do governo federal, de responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC), coordenado pelo SNBP/FBN e composto por uma série de ações, tais como: implantação e modernização de bibliotecas públicas; – concessão de bolsas na área do livro e da leitura; – capacitação de agentes públicos na área do livro e leitura; entre outras. (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, [s.d]).

Conforme informações disponíveis no site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o Ministério da Cultura (MinC) tem realizado diversas ações ao longo dos anos para promover o livro e a leitura. Entre essas iniciativas, destacam-se o I Concurso Pontos de Leitura de 2008, que selecionou 516 projetos; a celebração de convênios com estados e municípios para repasse de recursos e a publicação de editais regionais; a oferta de editais de apoio a bibliotecas comunitárias e Pontos de Leitura em 2012; além da realização dos prêmios Leitura para Todos¹⁷ e Leitura Viva¹⁸; e de projetos socioculturais voltados para a promoção da leitura em 2014. O MinC também colaborou em programas e projetos como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)¹⁹, agentes de leitura, participou na construção do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) no eixo 1 – democratização do acesso – e **incentivou a criação de Planos Estaduais e Municipais de Livro, Leitura e Bibliotecas orientados pelo PNLL.**

Em 2008, a **Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB)** foi criada para ser responsável pela formulação, implementação, monitoramento e

¹⁷ Prêmio Leitura para Todos visava reconhecer e apoiar iniciativas da sociedade civil que desenvolvessem projetos sociais voltados para o incentivo à leitura em diversos espaços e contextos. Esses projetos deveriam ter um histórico comprovado de resultados positivos na formação de leitores, inclusão social e promoção da cidadania através do livro e da leitura. O referido prêmio tinha como finalidade contribuir para a sustentabilidade dos projetos sociais de leitura.

¹⁸ O Prêmio Viva Leitura foi instituído em 2006, em resposta ao Ano Ibero-Americano da Leitura, com o propósito de fortalecer as iniciativas do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Este prêmio foi concebido como uma ferramenta para incentivar a sociedade a engajar-se em atividades de promoção da leitura e para identificar e mapear as ações desenvolvidas fora do âmbito governamental. A criação do prêmio visava estimular a participação ativa da comunidade na disseminação da cultura do livro e na formação de novos leitores, destacando e valorizando projetos inovadores e eficazes que contribuem para a inclusão social e o desenvolvimento educacional por meio da leitura.

¹⁹ O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi criado pelo Decreto nº 519, em 1992, com a finalidade de estimular o interesse pelo hábito da leitura em âmbito nacional. Este programa busca estabelecer uma rede sólida de projetos que promovam práticas leitoras de maneira contínua e duradoura. Além disso, o PROLER visa garantir o acesso ao livro, criando condições favoráveis para que a população possa desenvolver e manter o hábito da leitura.

avaliação das políticas do MinC na área do livro e da leitura. Em 2011, a DLLL B deixou de ser diretamente subordinada ao MinC e passou a se reportar à Fundação Biblioteca Nacional. Em 2014, a diretoria retornou à estrutura organizacional do MinC, onde adquiriu maior importância e passou a incorporar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles (BDB), além das Coordenações-Gerais de Leitura, Literatura e Economia do Livro.

Com a transição para uma abordagem governamental mais democrática e participativa a partir de 2023, com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a DLLL B retornou, agora integrando a Secretaria de Formação, Livro e Leitura, liderada por Jéferson Assunção, sob a gestão de Fabiano Piúba.

3.2 Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL)

Ao longo dos anos desde a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), as ações do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC) têm seguido um padrão recorrente, que enxerga a biblioteca pública principalmente como uma extensão do ambiente escolar. Esses esforços têm se materializado em projetos e programas que, em grande parte, concentram-se na mera distribuição de kits, sejam eles compostos por livros didáticos ou por equipamentos destinados à modernização das bibliotecas. Essa abordagem, no entanto, tem sido limitada e insuficiente para promover uma transformação mais profunda no que tange os espaços das bibliotecas.

A começar pela instabilidade política, resultante das mudanças de governo, que tem exposto quaisquer iniciativas à vulnerabilidade, frequentemente levando à sua descontinuidade. No contexto latino-americano, vale destacar a importância da cultura como um fator relevante de transformação social e redução das desigualdades salientando novamente o exemplo das Parque Bibliotecas na Colômbia, como um exemplo marcante dessa capacidade transformadora. O projeto por meio da cultura, educação e urbanismo recuperou o tecido social colombiano, especialmente em Medellín, a partir de políticas de estado consolidadas.

Na Ibero-América, processos complexos de exclusão geraram formas de coexistência que ainda mantêm estruturas nacionais desiguais. Esta é a origem de várias das situações atuais que mantêm a pobreza e marginalidade a uma parte significativa das populações ibero-americanas. Os governos ibero-americanos estão empenhados em reverter a situação, buscando maior inclusão social. Do campo da cultura, afirmamos a necessidade imperiosa de aumentar substancialmente a contribuição das políticas culturais para a geração de condições de maior integração social. (DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA, 2003, tradução nossa).

Reconhecendo a importância da cultura para o desenvolvimento das nações ibero-americanas, em 2002, durante a VI Conferência Ibero-americana de Cultura em Santo Domingo, República Dominicana, a leitura foi identificada como um motor crucial para a transformação social dos países da região. Nesse encontro, a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC) foram incumbidos de coordenar iniciativas para promover o acesso à leitura, à escrita e à oralidade, mediante a formulação de planos de leitura junto às nações ibero-americanas, conforme a Declaração de Santo Domingo (2002, tradução nossa): “Realizar uma série de ações preparatórias em comum com vista a um **Plano Ibero-americano de promoção e fomento à leitura cujo lançamento será em 2005**, coincidindo com o quarto centenário da primeira edição de Dom Quixote”.

Figura 12 - Redplanes: momentos-chave no desenvolvimento de uma Ibero-América leitora (2002-2011)



Fonte: Cerlalc (2024)

Figura 13 - Redplanes: momentos-chave no desenvolvimento de uma Ibero-América leitora (2012-2023)



Fonte: Cerlalc (2024)

Em entrevista para esta dissertação, Jeimy Hernández, coordenadora do Redplanes²⁰ no Cerlalc, menciona que diversos encontros, documentos e estudos internacionais precederam a efetiva construção dos planos de livro e leitura no contexto ibero-americano. Destacam-se a Declaração de Santo Domingo (2002), a Declaração de Cochabamba (2003) e a Declaração de Santa Cruz de La Sierra (2003), que enfatizaram a necessidade de instrumentos governamentais, como políticas culturais de livro, leitura e bibliotecas. Essas declarações advogaram por uma **abordagem mais democrática na criação e implementação dessas políticas de estado**, incentivando a criação de bibliotecas públicas e escolares e promovendo projetos focados no tema, como formas de combate à pobreza e desigualdade social.

Em conversa com José Castilho Neto, ele enfatiza que a Conferência em Cochabamba foi decisiva para o início das discussões para construção do plano no Brasil. Após desta reunião que resultou em uma declaração, os Estados Ibero-americanos tinham uma clara missão: construir suas políticas culturais de livro e leitura.

2) Promover políticas públicas abrangentes e transversais que reúnam aspectos culturais, sociais, económicos e fiscais que realçam as características específicas para bens e serviços.

8) Ajudar a erradicar vários tipos de analfabetismo através das políticas culturais, uma vez que é uma das piores formas de exclusão social sofrida por nossos países.

9) Adotar o Plano de Leitura Ibero-americano apresentado pela OEI e pelo CERLALC e comprometemo-nos a apoiar o seu desenvolvimento, entendendo que entre os seus objetivos encontra-se a contribuição para a erradicação do analfabetismo. Nesse sentido, pedimos à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americana que declare o ano de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura. Da mesma forma, propomos iniciar o processo que visa a conversão do Plano Leitura Ibero-Americana em um Programa da Cimeira.

10) Promover processos de participação cidadã associados à formulação e implementação de políticas culturais, para que sejam cada vez mais inclusivos das necessidades e demandas das comunidades, em particular daqueles grupos tradicionalmente negligenciados ou discriminados.

11) Incentivar, por meio de políticas públicas, a atuação da sociedade civil visando sustentar a diversidade cultural, através de iniciativas como microempresas e indústrias culturais; redes de instituições e serviços culturais; movimentos de cidadãos e comunitários e outras formas de organização da sociedade civil que contribuem desde a cultura à inclusão social. Tudo isto, tentando reduzir requisitos e custos administrativo. (DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA, 2003, tradução nossa, grifo)

²⁰ A Rede Ibero-americana de Políticas e Planos de Leitura, conhecida como Redplanes, é composta pelos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas nacionais de leitura nos países membros do Cerlalc. Seu objetivo é fortalecer os esforços individuais de cada país para estabelecer a leitura como uma política de Estado, promovendo o desenvolvimento sustentável de políticas e planos de leitura na América Ibero-americana. A rede facilita o intercâmbio de conhecimentos e experiências, compartilha boas práticas e promove a integração regional em torno dessa questão fundamental.

nosso).

Em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Lula, foi realizada a VII Conferência de Cultura em Cochabamba, na Bolívia. Posteriormente, ocorreu a XIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno em Santa Cruz de La Sierra, também na Bolívia. Estes eventos reuniram chefes de estado das nações ibero-americanas para debater e promover ações culturais voltadas ao desenvolvimento sociocultural, destacando a inclusão e o desenvolvimento social como pilares fundamentais para o progresso das nações.

Impulsionado pela mobilização internacional resultante desses encontros, em 2005, 21 países da Europa e das Américas celebraram o Ano Ibero-americano da Leitura, conhecido no Brasil como **Vivaleitura**. Esta iniciativa foi coordenada pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlalc), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e pelos governos dos países envolvidos. O governo brasileiro comprometeu-se a desenvolver ações focadas na promoção do livro e da leitura, destacando-se entre as principais linhas de ação a formação de mediadores de leitura e a criação de projetos destinados a estimular o hábito da leitura entre a população.

Em 2006, em continuidade a esses esforços, o governo federal, por meio dos Ministérios da Cultura e da Educação, lançou o **Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL)**. Este plano foi concebido como uma ferramenta essencial para a implementação de uma Política de Estado no setor do livro e da leitura no Brasil. Após quatro anos de implantação e integração nacional junto aos estados e municípios, o PNLL promoveu uma série de fóruns, seminários e debates com o objetivo de estabelecer uma construção participativa e democrática. Esses eventos permitiram a ampla discussão e o engajamento de diversos setores da sociedade, consolidando o plano como um alicerce para o desenvolvimento sociocultural do país.

Como resultado de um amplo processo de discussões realizadas a partir de 2005, com a ativa participação do Ano Ibero-americano da Leitura - o Vivaleitura, em convenções, consultas públicas, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO e pelo Comitê de Especialistas em Leitura e Biblioteca da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), **surge em agosto de 2006 o primeiro Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) através da publicação da Portaria Interministerial Ministério da Educação / Ministério da Cultura, nº 1442**. O PNLL considerado de fato uma política pública destinada à leitura e às bibliotecas devido a sua criação ser fruto da mediação entre atores da sociedade e do Estado, ainda em vigor e com objetivos que devem ser alcançados a curto, médio e a longo prazo, é um plano que transcende a imediatez. (BRASIL, 2013 apud MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014, p. 55).

O PNLL emerge de um contexto internacional em que os estados reconhecem a necessidade de desenvolver planos de leitura que vão além das ações governamentais, promovendo uma colaboração entre o estado e a sociedade. Em conversa com José Castilho Marques Neto, ex-secretário executivo do PNLL de 2006 a 2016, ele ressalta que a cultura é criada pelas populações, com sua diversidade cultural e suas expressões simbólicas. Assim, o PNLL surge em um momento de efervescência marcado pela crise do modelo neoliberal no final dos anos 90 e a ascensão de ideias de sustentabilidade, abrangendo aspectos ecológicos, econômicos e culturais, entre outros. Ele ainda acrescenta que “a ideia de biblioteca pública sempre esteve ligada a alguma questão mais ampla, do que simplesmente o fornecimento de livros, de cultura ou de educação. Ela faz parte da ação de uma comunidade para sua reconstrução.”

É preciso lembrar que o início do século 21 foi para a maioria dos países ibero-americanos a afirmação dos rumos democráticos que haviam conquistado a partir de meados dos anos 1980, quando ruíram as sangrentas ditaduras militares da região. Os anos 2000 também marcaram um período de rejeição do até então pujante neoliberalismo e a consolidação regional de uma ideia de desenvolvimento sustentável que levasse em conta não apenas os avanços econômicos e financeiros dos países, mas também os seus índices de desenvolvimento humano e social. (CASTILHO NETO, 2023).

Em 2013, a região ibero-americana já contava com 20 países em diferentes fases de construção e implementação desses planos, conforme aponta Jeimy Hernández (2024). A estrutura do PNLL foi organizada com base em quatro eixos principais:

- 1) Democratização do acesso;
- 2) Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- 3) Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;

4) Desenvolvimento da economia do livro.

O eixo de democratização do acesso visa assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos livros e à leitura, independentemente do suporte, localização geográfica ou condição socioeconômica. As ações previstas neste eixo incluem a criação, ampliação e manutenção de bibliotecas públicas bem como suas funcionalidades como horário de atendimento, para contemplar trabalhadores, por exemplo, além do apoio a bibliotecas comunitárias e da facilitação do acesso a conteúdos digitais.

No que tange ao fomento à leitura e à formação de mediadores, este eixo busca incentivar o hábito da leitura entre a população e capacitar mediadores que possam promover e guiar práticas leitoras, uma vez que a maioria dos profissionais bibliotecários atuantes nas bibliotecas públicas, por exemplo, estão demasiadamente preocupados com a burocracia e com as questões técnicas da Biblioteconomia, como as representações descritiva e temática, e acabam por serem insuficientes no que se refere ao fomento à leitura. As iniciativas envolvem a implementação de programas de incentivo à leitura em escolas, comunidades e espaços públicos, além da formação de professores, bibliotecários e outros profissionais que possam atuar como agentes de promoção da leitura.

A valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico têm como objetivo reconhecer e reforçar a importância da leitura como uma prática cultural e um direito de todos. As ações neste eixo incluem campanhas de conscientização sobre a importância da leitura, eventos literários, prêmios e reconhecimentos para iniciativas bem-sucedidas, além da promoção da leitura como um valor essencial para o desenvolvimento pessoal e social.

O desenvolvimento da economia do livro é um eixo que pretende fortalecer a cadeia produtiva do livro, abrangendo desde a produção até a distribuição e comercialização. Envolve o apoio a autores, editores e livreiros, bem como a implementação de políticas que facilitem o acesso ao mercado e incentivem a produção editorial. Também inclui a promoção de feiras do livro e eventos literários que aproximem o público das obras literárias.

Como se pode observar, o plano foi concebido para ser um planejamento abrangente e de longo prazo, com o objetivo de atender a uma necessidade identificada, propor debates e estabelecer eixos norteadores. Prevê-se uma revisão a cada decênio, permitindo fiscalizar as metas alcançadas e adaptar-se às novas

realidades e desafios, garantindo a continuidade e a eficácia das políticas de incentivo à leitura e ao livro no país. O PNLL foca na atuação de mediadores qualificados, reconhecendo a leitura como um fator crucial na construção cidadã e sociocultural da população nacional. Além disso, visa potencializar as bibliotecas públicas para acolherem as pessoas e incentivarem o uso desses materiais com qualidade, promovendo o acesso à informação, cultura e experiências, compreendendo as especificidades de cada território atendido.

José Castilho Neto (2024) destaca a inovação desse plano, salientando que, até então, não havia nenhuma iniciativa semelhante nos anos anteriores. Ele enfatiza que, devido aos processos excessivamente burocráticos, a única ação efetiva era a distribuição de kits de livros, sem qualquer incentivo à formação de mediadores. Apenas distribuir livros não resolvia o problema da dificuldade de leitura no país. O PNLL trouxe para o debate a inadequação de considerar a mera distribuição de livros como uma política eficaz de incentivo à leitura, sublinhando a necessidade de formar e capacitar mediadores capazes de desenvolver um trabalho de qualidade, aproximando as pessoas do livro e da leitura.

Em 2015, durante a XX Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro, a então presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 7.559, conferindo ao PNLL uma maior abrangência e relevância em relação à portaria anteriormente estabelecida. Ao longo dos anos, uma das principais iniciativas do PNLL foi incentivar e apoiar estados e municípios na elaboração de seus próprios planos de livro e leitura, orientando-se pelos eixos do plano nacional. Essa estratégia visava assegurar que cada localidade tivesse suas próprias garantias e políticas definidas para o setor, permitindo o desenvolvimento de ações baseadas em uma política de estado. Era fundamental que estados e municípios tivessem seus próprios planejamentos, de maneira descentralizada, para atender às demandas específicas de livro e leitura em suas regiões. Isso promovia a capilaridade das diretrizes propostas pelo PNLL.

Em 2016, com o impeachment que destituiu a presidente Dilma Rousseff, José Castilho Neto deixou o cargo de secretário executivo, sendo substituído por Renata Costa, nomeada pela Portaria Interministerial nº 24 em julho de 2017. Em entrevista concedida por Renata (2024), ela relata que, no momento da saída de Castilho, ele e Vólnei Canônica, ex-diretor da DLLL, entregaram o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) finalizado à senadora Fátima Bezerra, visando a tramitação de um projeto de lei correspondente. Assim, o desafio de Renata consistia em articular

politicamente com os parlamentares das comissões para assegurar a aprovação do projeto.

O contexto político era marcado por instabilidades, sob a vice-presidência de Michel Temer, e muitas mudanças estavam sendo implementadas. Como de costume, o setor cultural foi um dos alvos dessas mudanças. Uma das propostas incluía a extinção do Ministério da Cultura, o que gerou maciça crítica popular, manifestada através do movimento Ocupa Minc no Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, entre outras ações.

O PNLL representava uma agenda positiva, reconhecida pela importância de fomentar a leitura no país. Entretanto, alguns parlamentares se opuseram a termos como "ações afirmativas," que para eles eram associados a questões de gênero. Uma alteração textual resolveu esse impasse, permitindo a continuidade do tramitação. Renata destacou a urgência na aprovação do projeto de lei, devido ao receio de que Michel Temer não sancionasse uma proposta do Partido dos Trabalhadores (PT), liderada pela senadora Fátima Bezerra e pela relatora Maria do Rosário, e à iminência das eleições presidenciais do ano seguinte, vencidas por Jair Bolsonaro, cujas ideias e propostas eram amplamente contrárias à cultura e favoráveis à censura.

Vitória do Livro e da Leitura!

Em 2018, entrou em vigor a Lei nº 13.696, que estabelece a **Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)**. O próximo passo seria a regulamentação da lei, que até o momento não ocorreu. Sob a presidência de Jair Bolsonaro, o país enfrentou quatro anos de dismantelamento das políticas públicas e retrocessos em diversos segmentos, especialmente na Cultura, com a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), entre outros órgãos, e a paralisação de projetos e programas.

A PNLE é uma legislação aprovada em 13 de julho de 2018 que tem como objetivo promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Essa política está alinhada com o PNLL, que por sua vez, é uma iniciativa que busca promover ações coordenadas e estratégicas para o desenvolvimento do setor do livro, da leitura e das bibliotecas. A PNLE, ao institucionalizar a responsabilidade do Estado, prevê que a cada dez anos o PNLL seja construído e revisado, garantindo assim uma atuação contínua e atualizada nessa área.

Em 2022, com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o país renovou suas esperanças e enfrenta o desafio da retomada. Uma das ações na área da cultura mais importante foi a retomada do MinC com Margareth Menezes na liderança, DLLLLB

com Jéferson Assunção e Secretaria de Formação, Livro e Leitura com Fabiano Piúba, conforme mencionado anteriormente. Em 2023, a **Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e da Escrita** foi recriada pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS), com mais de 200 assinaturas. De acordo com a Publishnews (2023), algumas das pautas prioritárias da Frente são a execução do Plano Nacional do Livro e da Leitura, o cumprimento da Lei Federal 12.244, que aprimora as bibliotecas escolares, e a valorização das bibliotecas públicas e comunitárias, entre outras iniciativas.

Dados apontam que apenas metade da população brasileira é leitora. E as políticas públicas que existem para impulsionar o livro não são totalmente efetivadas, como a Lei das Bibliotecas Escolares. A Frente foi recriada justamente para dar continuidade ao trabalho iniciado na última legislatura, que é cobrar que essas políticas sejam efetivas. Ainda mais depois de quatro anos de governo Bolsonaro, no qual o desmonte e retrocesso na área foram imensos. Agora cabe a nós reverter o quadro de calamidade deixado e avançar na democratização do livro como propulsor de debates e formador de cidadania. (MELCHIONNA, 2023).

No contexto de reestruturação do Ministério da Cultura, Fabiano Piúba convocou uma equipe de consultores que participaram do processo de elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) entre 2003 e 2016, com o propósito de atualizar esse plano estratégico. Jéferson Assunção foi designado a coordenar os esforços dos consultores para este fim. A inclusão de Castilho Neto como consultor foi crucial, pois ele ressaltou a necessidade de uma abordagem coletiva na elaboração do plano, envolvendo representantes de todas as cadeias do setor (criativa, produtiva e mediadora), destaca Luiz Fernando Pinto (2024) em conversa sobre sua atuação como um dos consultores na área de literatura. Essa coletividade na construção do plano desde sua concepção traz o caráter democrático necessário ao se fazer política pública. Desde sua concepção, o PNLL foi concebido como um esforço colaborativo que englobou bibliotecas comunitárias, editores, livreiros, escritores, mediadores de leitura, entre outros.

O objetivo principal deste processo é revitalizar e implementar a legislação pertinente ao PNLL, que ainda não foi regulamentada, e promover uma atualização abrangente das estratégias de planejamento para o segmento de livro e leitura no país. Isso implica adotar uma nova perspectiva sobre as políticas culturais relacionadas ao setor, além de identificar e corrigir as fragilidades observadas no plano anterior.

Em conversa com Luiz Fernando Pinto, ele acredita que este ano possa ser de muitos debates com a retomada das discussões em torno do PNLL e os Grupos de

Trabalho (GTs) territoriais, impulsionados pelas discussões recentes sobre o Plano Nacional de Cultura e o trabalho dos consultores para a atualização do plano. Com isso ele ressalta a importância de atuações como a Feira Literária das Periferias (Flup) e maior protagonismo da cadeia produtiva do livro. Como consultor, ele iniciou seu trabalho com um mapeamento de slams e produções literárias bem como uma análise da categoria nos editais oriundos da Lei Paulo Gustavo. Este trabalho revelou uma baixa representatividade no Rio de Janeiro nesses editais, em contraste com o Ceará, onde Fabiano Piúba liderou a implementação bem-sucedida da Biblioteca Pública Estadual nos moldes de uma Biblioteca Parque, onde são contemplados mediadores e bibliotecas comunitárias, por exemplo.

No contexto ibero-americano, o Brasil é o país na cadeira da presidência do Conselho do Redplanes do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlalc), representado por Jéferson Assunção. Essa posição tem facilitado um diálogo mais estreito com os planos de leitura ibero-americanos e contribuído a retomada e atualização do PNLL, mencionada anteriormente. Em um recente encontro do Redplanes na Colômbia, Jéferson Assunção participou de formações e debates, acompanhando as iniciativas de diversos países sobre o tema.

3.3 Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB)

O PNLL tem como uma de suas ações fomentar a construção de planos de livro, leitura e bibliotecas nos estados e nos municípios. Em 2016, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, por meio da Superintendência de Leitura e Conhecimento e do Sistema Estadual de Bibliotecas, realizou um encontro no município de Nova Iguaçu, até então a única cidade do estado do Rio de Janeiro a possuir um plano do segmento, para dar início ao processo de elaboração do PELLLB. Nesse contexto, os instrumentos legais que fundamentavam a iniciativa de construção de um plano estadual eram a Lei nº 10.753/2003, que institui a Política Nacional do Livro; a Portaria Interministerial nº 1.442/2006 e o Decreto nº 7.559/2011, que dispõem sobre a criação do PNLL; e a Lei nº 7.035/2015, sobre o Sistema Estadual de

Cultura do Rio de Janeiro (SIEC)²¹.

Com base nos quatro eixos do PNLL, o PELLB desenvolveu suas ações, considerando também uma diretriz e estratégia do SIEC, no que tange a concepção do plano, conforme descrito na Lei nº 7.035/2015, no anexo único, que o instituiu.

2.2 (Diretriz) Formular e implementar políticas culturais setoriais.
Estratégias: 2.2.1 Implementar planos, programas e ações de desenvolvimento de setores da cultura, com participação dos agentes culturais de todo o estado, contemplando os diferentes elos das cadeias produtivas. (RIO DE JANEIRO, 2015).

No entanto, ao analisar o instrumento legal do SIEC para esta dissertação, identificou-se que há outras diretrizes e estratégias que poderiam ser integradas nesta abordagem, considerando o papel da biblioteca pública quanto equipamento cultural, como detalhado a seguir:

EIXO TEMÁTICO 1 – CULTURA E CIDADANIA

Diretriz: 1.1 Incentivar a cultura como um direito universal e expandir o acesso aos recursos culturais no estado do Rio de Janeiro.

Estratégias: 1.1.3 Facilitar o acesso às tecnologias de informação e comunicação em todas as áreas do estado, reconhecendo seu potencial para expandir a criação e o consumo de conteúdos culturais digitais; 1.1.5 Fortalecer o papel da cultura como um meio de promover os direitos humanos.

Diretriz: 1.2 Expandir e aprimorar os espaços culturais no estado do Rio de Janeiro.

Estratégias: 1.2.1 Incentivar a construção ou renovação de infraestruturas dos espaços culturais, apoiando também a sua programação regular, especialmente em áreas carentes de espaços públicos para atividades culturais; 1.2.2 Dinamizar as atividades e aumentar a frequência de visitantes em bibliotecas, museus, cinemas, teatros, centros culturais e locais de patrimônio cultural; 1.2.3 Fortalecer os sistemas públicos de bibliotecas, museus, arquivos e outros centros de documentação, através de uma gestão colaborativa entre União, estado e municípios, com a utilização de tecnologias modernas; 1.2.4 Estabelecer redes regionais de espaços culturais para melhorar a coordenação de programações e acervos; 1.2.5 Valorizar o espaço público

²¹ Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (SIEC) é um conjunto de políticas, diretrizes, órgãos e mecanismos destinados a promover, proteger e desenvolver a cultura no estado do Rio de Janeiro. Seus objetivos abrangem uma ampla gama de ações voltadas para a valorização, preservação e difusão da cultura fluminense.

urbano, melhorando seu uso como local de convivência, criatividade, manifestações artísticas e culturais, levando em conta a história, características e tradições locais.

EIXO TEMÁTICO 2 – CULTURA, DIVERSIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Diretriz: 2.1 Promover a diversidade das manifestações artísticas e culturais.

Estratégias: 2.1.1 Promover iniciativas que enalteçam a diversidade cultural do Estado do Rio de Janeiro em todas as suas regiões, incentivando a formação, produção, disseminação, documentação e preservação das linguagens artísticas, expressões culturais e manifestações religiosas de natureza cultural, sempre dentro dos limites constitucionais e legais; 2.1.2 Desenvolver programas que promovam e valorizem as diversas identidades culturais que caracterizam a sociedade fluminense; 2.1.4 Apoiar a interculturalidade e facilitar o intercâmbio de experiências entre diferentes segmentos artísticos e expressões culturais; 2.1.5 Incentivar a transmissão dos conhecimentos e práticas das culturas populares e tradicionais, com um foco especial na valorização dos mestres populares.

Diretriz: 2.3 Preservar a memória e o patrimônio cultural.

Estratégias: 2.3.3 Divulgar técnicas e conhecimentos tradicionais com o objetivo de assegurar a transmissão desse saber para as futuras gerações; 2.3.4 Implementar ações de educação patrimonial voltadas à valorização da memória, das identidades, da diversidade cultural e do meio ambiente.

EIXO TEMÁTICO 3 – CULTURA, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Diretriz: 3.1 Fomentar o diálogo aprofundado entre cultura e educação.

Estratégias: 3.1.1 Unir políticas de cultura e educação por meio de planejamento e ações conjuntas, com o objetivo de melhorar o processo educacional e contribuir para a formação integral do indivíduo; 3.1.2 Incentivar a utilização de linguagens artísticas e expressões culturais no ambiente escolar e nas bibliotecas e museus, estimulando a criatividade, a capacidade de expressão e a sociabilidade da população infanto-juvenil fluminense; 3.1.3 Promover iniciativas de capacitação artística e cultural direcionadas a educadores, gestores educacionais, bibliotecários e museólogos; 3.1.5 Implementar programas em colaboração com o sistema educacional, focados em valorizar o ensino de história, arte e cultura regionais e locais, com especial atenção para as comunidades minoritárias.

EIXO TEMÁTICO 5 – GESTÃO DA CULTURA

Diretriz: 5.2 Aprimorar significativamente a gestão cultural.

Estratégias: 5.2.1 Consolidar os órgãos responsáveis pela gestão cultural em âmbito estadual e municipal, fortalecendo-os com recursos humanos, financeiros e de infraestrutura adequados; 5.2.3 Investir na capacitação de gestores públicos na área cultural; 5.2.4 Aprimorar os modelos de gestão de projetos e equipamentos culturais para alcançar resultados mais eficazes e atender melhor às necessidades da sociedade; 5.2.5 Reforçar a importância do planejamento cultural, estabelecendo metas, indicadores e avaliando os resultados alcançados; 5.2.6 Estimular a colaboração entre os diferentes níveis governamentais na área cultural, bem como entre estes e instituições privadas, organizações da sociedade civil, e instituições acadêmicas e de pesquisa.

Diretriz: 5.3 Ampliar e consolidar a participação da sociedade civil na gestão cultural.

Estratégias: 5.3.1 Implementar mecanismos e espaços de participação da sociedade, abrangendo sua diversidade, em fóruns, conselhos, conferências e outras instâncias, para contribuir no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura; 5.3.3 Expandir e melhorar os mecanismos de transparência e comunicação entre os órgãos gestores de cultura e a sociedade; 5.3.4 Fortalecer a participação da sociedade, especialmente dos setores artísticos e culturais, na administração de espaços públicos de cultura.

Retomando a implementação do PELLB, é importante destacar, com base no eixo 5 do SIEC que aborda a participação da sociedade civil na formulação e gestão cultural, que o processo de elaboração e implementação do PELLB foi conduzido de maneira democrática e participativa. Os Grupos de Trabalho (GT) foram estabelecidos por meio de uma eleição online, abrangendo os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, para eleger representantes titulares e suplentes da sociedade civil nos GT da cadeia criativa, produtiva, mediadora do livro, além de representantes do Poder Executivo e Legislativo.

Apesar da existência de uma política setorial originada do SIEC na SECEC, o Sistema Estadual de Bibliotecas enfatizou a necessidade de desenvolver uma política estadual que abordasse o segmento do livro, leitura e bibliotecas de forma mais abrangente e enfática, seguindo os moldes do PNLL, que tem exercido a significativa influência nas políticas culturais da área desde sua criação. Com o respaldo da SLC,

que concebia o plano como um impulso ao fortalecimento institucional em nível federal e ao estímulo para a criação de planos municipais no estado do Rio de Janeiro, o plano avançava vigorosamente.

Após a formação dos GT, foram realizadas diversas reuniões com o Sistema Estadual de Bibliotecas do Rio de Janeiro para discutir estratégias para execução das plenárias e organização do plano de trabalho. As plenárias foram conduzidas nas oito regiões do estado: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde, com o propósito de explicar o plano, sua relevância, os procedimentos para participar da eleição dos GT, e posteriormente debater os eixos e ações que constariam no plano.

Figura 14 - Primeira reunião com o GT eleito para definir plano de trabalho



Fonte: Blog do PELLB-RJ

Figura 15 - Reunião de sensibilização sobre o PELLB na Maratona do Rio Criativo - Empreendedorismo Editorial



Fonte: Blog do PELLB-RJ

Figura 16 - Divulgação da 3ª Plenária do PELLB na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP)

III PLENÁRIA DO
Plano Estadual do Livro, Leitura,
Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro
Durante a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP)

Programação:

- ▶ 13:00h – Mesa de abertura
André Lazaroni - Secretário de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
- Juca Ribeiro - Superintendente de Leitura e Conhecimento / Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
- Cristian Brayner - Diretor do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas / Ministério de Cultura
- Carlos José Gama Miranda - Prefeito de Paraty
- Cristina Maseda - Secretária de Cultura de Paraty
- ▶ 14:00h – Apresentação do PELLB-RJ
Renata Costa - Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas do Rio de Janeiro / Superintendência de Leitura e Conhecimento
- ▶ 14:40h – Plenária do PELLB-RJ - escuta de demandas
- ▶ 18:00h – Encerramento

Participe da construção de uma política pública de democratização do acesso ao livro, à leitura e à escrita.

Realização:
GOVERNO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE CULTURA
PERTO DE VOCE

Apoio:
casaAzul

Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PERTO DE VOCE

PREFEITURA PARATY
CULTURA NA BELLA MARIS
022 3921 1833

Fonte: Blog do PELLB-RJ

Em 2018, foi promulgada a lei nº 8.246, instituindo o Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB) como uma política de estado. Os deputados André Lazaroni (MDB) e André Ceciliano (PT) são os autores desta legislação que delinea diversas ações na área do livro, leitura e bibliotecas. Destaca-se especialmente a integração das bibliotecas públicas, comunitárias e de relevante serviço público aos objetivos e metas do Plano.

No entanto, o governador em exercício, Francisco Dorneles, vetou o artigo 11 da proposta original, que previa que as despesas para a implementação do Plano fossem cobertas pela dotação orçamentária dos órgãos ou entidades responsáveis pelas ações, projetos e programas.

Em uma entrevista realizada em 2024 com Yke León, o Superintendente de Leitura e Conhecimento do Estado do Rio de Janeiro destacou que, ao assumir o cargo em 2020, encontrou o PELLLB e que o instrumento legal tem orientado seu trabalho até o presente momento. Isso inclui a gestão das Bibliotecas Parque, que agora operam sob administração pública direta, sem o apoio de organizações sociais, dependendo de contrapartidas e parcerias para sua manutenção.

4 BIBLIOTECA PARQUE DE MANGUINHOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Inspirada pela experiência colombiana, em abril de 2010 a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC) inaugurou a **primeira biblioteca parque no Brasil**, situada no bairro de Benfica na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O território abrange cerca de 16 favelas, constituindo assim, o Complexo de Manguinhos, local escolhido para receber o projeto a partir do critério de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²². Essa iniciativa teve início em 2008 com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com o intuito de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social de **áreas vulneráveis** por meio da **revitalização urbanística** integrando diversos segmentos como cultura, saúde, habitação, educação, energia, infraestrutura, entre outras.

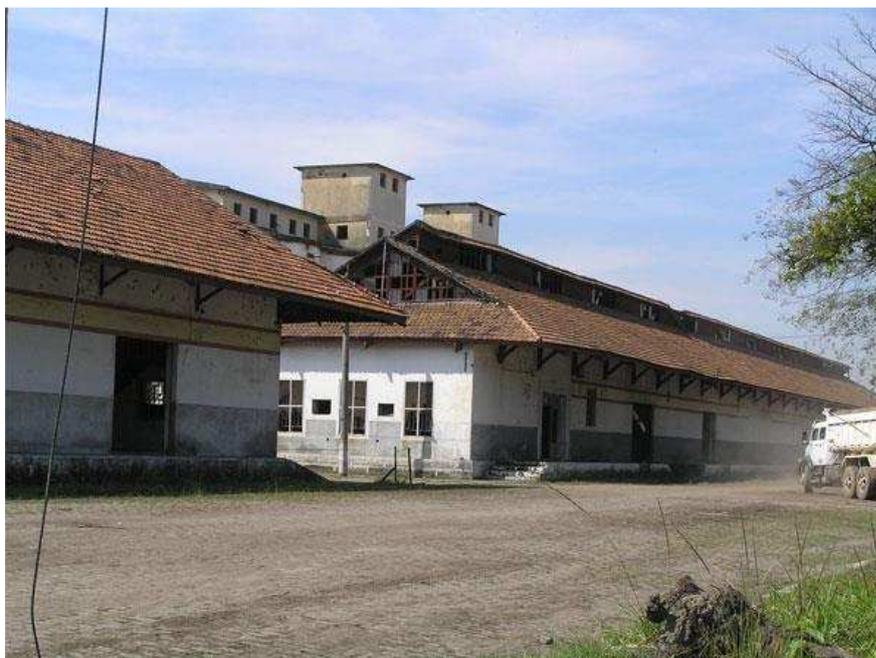
A implementação da Biblioteca Parque de Manguinhos foi coordenada pela Superintendência de Leitura e Conhecimento (SLC), setor responsável pelo segmento

²² "Desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados" (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2024).

de livro, leitura, literatura e bibliotecas na SECEC e pela rede de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro. São elas: Biblioteca Parque de Manguinhos, Biblioteca Parque da Rocinha, Biblioteca Parque Estadual, Biblioteca Parque de Niterói e Biblioteca Parque do Alemão. O projeto em Manguinhos recebeu um aporte de R\$ 2,5 milhões do Governo Federal, para aquisição de acervo, mobiliário e equipamentos tecnológicos, e R\$ 1,25 milhão do Governo Estadual como contrapartida para compor o **Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura (MinC)**²³.

No local, que antes abrigava galpões de armazenamento, foi construída também a Biblioteca Parque, com recursos de R\$ 4,9 milhões. Lula descerra a placa da biblioteca, prédio de 3,3 mil metros quadrados, com salas informatizadas e climatizadas. A Biblioteca Parque receberá do Programa Mais Cultura R\$ 3,75 milhões para aquisição de equipamentos, mobiliário e acervo, sendo R\$ 2,5 milhões de recursos do Ministério da Cultura e R\$ 1,25 milhão de contrapartida do governo Estadual do Rio. (BRASIL, 2010).

Figura 17 - Galpões de armazenamento do Exército (antes da transformação em biblioteca)



Fonte: *Website* do Jorge Mario Jáurequi

Com o intuito de impactar no desenvolvimento social, na redução da vulnerabilidade e na geração da qualidade de vida e bem-estar do território de Manguinhos, a iniciativa buscou na democratização do acesso à cultura e sua mediação

²³ O Programa Mais Cultura foi uma iniciativa do Governo Federal iniciada em 2007, que tinha como propósito impulsionar ações e políticas públicas dedicadas ao fortalecimento e valorização da cultura no país, visando promover a democratização do acesso à cultura, estimular a produção artística cultural e fomentar a inclusão social pela cultura.

desenvolver o capital social e cultural dos indivíduos e grupos sociais da região. A BPM foi totalmente pensada para ser atrativa, um local aconchegante para receber a comunidade que faria parte daquela experiência de forma orgânica e participativa, um espaço que ofertaria uma estrutura de qualidade em suas instalações e equipamentos para realizar um trabalho de transformação social naquele território.

Figura 18 - Biblioteca Parque de Manguinhos (fachada rosa) entre o Centro de Geração de Renda (fachada amarela) e as edificações habitacionais (ao fundo)



Fonte: *Website* do Jorge Mario Jáurequi

O espaço da biblioteca é composto por dois pavimentos com dois salões (principal e de leitura), espaço infantil, salas de estudo, sala multimídia, sala “Meu bairro” (para reuniões comunitárias) e um cine teatro. Além da sua arquitetura, a BPM inaugurou com equipamentos tecnológicos de alta qualidade à época, como computadores, impressoras, scanners, dispositivos que garantissem a acessibilidade dos leitores, acesso à internet (inclusive para redes sociais e jogos); e um acervo de aproximadamente 27 mil títulos, entre obras impressas, materiais audiovisuais, *audiobooks*, livros em Braille, obras de referências, dentre outros.

No planejamento de suas atividades inclui-se o acesso livre às estantes, acervos diversificados e, em diferentes suportes, acesso às novidades do mercado editorial, empréstimo domiciliar, capacitação digital, acesso gratuito à Internet, catálogo bibliográfico on-line, audição individual de música, sessão individual e coletiva de filmes (DVDoteca), serviços para portadores de necessidades especiais, atividades com crianças e jovens, atividades de promoção de leitura, encontros comunitários, cineteatro, atendimento especial para deficientes visuais, literatura, biblioteca infantil, ludoteca e salas de estudo. (SILVA, 2012, p. 35-36).

Figura 19 - Interior da Biblioteca Parque de Manguinhos



Fonte: *Website* do Jorge Mario Jáurequi

Como mencionado anteriormente, a Biblioteca Parque de Manguinhos faz parte de um complexo urbanístico integrado composto por espaços voltados para **educação, saúde, assistência social, habitação**, como o Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA), Casa da Mulher e um conjunto habitacional, respectivamente. O diálogo com instituições circundantes, incluindo organizações não governamentais e a Fiocruz, foram aspectos relevantes destacados durante a conversa com Alexandre Pimentel, geógrafo, professor, gestor cultural e ex-diretor da BPM, para esta dissertação, como ações importantes para as práticas desenvolvidas pela biblioteca no território.

Apesar da inauguração da biblioteca ter sido em 2010, a gestão de Pimentel só teve início em maio de 2011. Antes disso, o espaço era administrado diretamente pela SECEC através da SLC, na gestão da superintendente Vera Saboya, sem a presença de um diretor ou uma diretora no local, sendo desenvolvidos projetos de ocupação cultural, que visavam identificar os indivíduos e os grupos sociais do território, com objetivo de desenvolver práticas, mas também de formar parcerias e até mesmo efetuar a contratação de pessoas locais para atuar na biblioteca. Com a chegada do Alexandre, como primeiro diretor da BPM, alguns pontos importantes surgiram como, por exemplo, a formação e qualificação da equipe já composta para um atendimento sensível às questões demandadas pelo território. Este processo não se resumia simplesmente à oferta de cursos para qualidade no serviço de atendimento, mas de forma mais intrínseca, era necessário despertar e aperfeiçoar uma sensibilidade essencial para lidar com o público da biblioteca, que espelhava os reflexos da convivência em um território marcado não só pela violência, mas também pela negligência do Estado. De fato, o território de Manguinhos, em sua centralidade, não contava com nenhum equipamento cultural similar e de repente, surge um complexo urbanístico com diversas ofertas socioculturais inéditas naquele lugar. Portanto, tornou-se crucial fomentar um **senso de pertencimento** entre os membros da comunidade e a biblioteca.

De acordo com Santos (2007, p. 61), “a cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos”, pois a cultura é resultado do processo de viver, das relações sociais, assim como a territorialidade é resultado do processo de ocupação do espaço, das relações estabelecidas entre o homem e o seu meio (DORSA, 2023, p. 1).

Segundo Pimentel (2024), “uma coisa é a gestão da qualidade que você pode fazer em qualquer lugar, mas você tem na gestão a educação, o político não partidário, o pertencimento. É a gestão da qualidade sem ser fria. Tinha que ser real”. A formação de Alexandre Pimentel e a natureza multidisciplinar da equipe foram essenciais para o planejamento e execução das atividades na BPM nos próximos anos até sua saída em outubro de 2013. A equipe incluía bibliotecários, produtores culturais, administradores e assistentes de biblioteca, todos trabalhando em conjunto para alcançar os objetivos do espaço cultural. Durante sua gestão, Pimentel priorizou o aumento do número de bibliotecários, a contratação de profissionais como assistentes sociais, cientistas sociais, biólogos, entre outros, e buscou oportunidades de formação complementar em parcerias estabelecidas pela SLC, como a Embaixada da França e o Instituto Goethe. Essa

iniciativa visava preparar a equipe, predominantemente local e multidisciplinar, para compreender o território com sensibilidade, reconhecer seu papel político e transformador, promover um papel de mediação fundamental e a construção do senso de pertencimento para lidar com questões delicadas oriundas da realidade territorial, conforme mencionado anteriormente.

Sendo ligado à Superintendência da Leitura e do Conhecimento, da Secretaria do Estado de Cultura, o orçamento da biblioteca é de competência do governo estadual, do qual obtém grande investimento, mas **a parceria com instituições e empresas também é buscada para fortalecer a execução de ações naquele local, principalmente na programação dos laboratórios.** (SABOYA, 2011b apud SILVA, 2012, p. 37, grifo nosso).

Durante entrevista com Virgílio do Santos (2023), nascido e criado no território, produtor musical e ex-funcionário da BPM, ele recorda a ansiedade que permeava o território quando os primeiros movimentos para a construção de algo novo começaram a surgir. A comunidade local, até então, carecia de informações concretas sobre as atividades em andamento na região. O local, anteriormente desprovido de quaisquer atividades e visto como um espaço inerte, ressurgia como um vasto complexo urbanístico. A região do Departamento de Suprimentos do Exército (DSUP) foi transformado em um condomínio residencial, biblioteca, escola, entre outras instalações assistenciais. Após a concretude dessa revitalização urbanística e a inauguração da biblioteca, o próximo passo foi ativar a região com um uso social que não havia antes, ou seja, a apropriação da novidade pelos moradores, que se efetivou inicialmente pelas pessoas locais que tinham algum contato com as universidades e pelas crianças, que tinham ofertas bem definidas a elas no espaço da biblioteca.

Podemos refletir, então, que a cultura evolui, e sua evolução pode ser definida como a mudança, ao longo do tempo e do espaço, na natureza e na frequência de preferências, padrões e produtos do comportamento socialmente transmitido numa população. Neste sentido, a indissociabilidade entre cultura e território, portanto, deve ser encarada como premissa para a elaboração de políticas culturais, particularmente quando essas políticas se traduzem na criação de espaços culturais (ALBINATI, 2009 apud DORSA, 2023, p. 1).

Tanto nas conversas com Alexandre quanto com Virgílio, fica evidente o foco nas palavras "**território**" e "**pertencimento**". De fato, a Biblioteca Parque de Manguinhos, assim como a da Rocinha, reflete de perto a ideia original trazida da Colômbia. São bibliotecas situadas em contextos de vulnerabilidade, onde a presença da cultura busca conectar os grupos sociais a conteúdos e experiências capazes de transformar suas perspectivas, construindo seu capital cultural. Em outras palavras, são

espaços culturais comprometidos com o desenvolvimento local. Mais do que locais de leitura ou consulta de materiais informativos, essas bibliotecas têm uma abordagem multidisciplinar e territorial, dialogando com os fazedores de cultura locais como Ballet Manguinhos (dança), Manguinhos em Cena (teatro) e Sarau Poético de Manguinhos (literatura). No entanto, em territórios vulneráveis, esse papel precisa ser ainda mais sensível e atento, dada a intensidade das questões enfrentadas.

Castells e Borja (1996) já alertavam para a “necessidade de dar respostas integradas e não setoriais aos problemas de emprego, educação, cultura, moradia, transportes”. Em adição, a educadora Silvia Castrillón, uma das articuladoras do sistema colombiano de bibliotecas públicas lembra: “o que faz uma biblioteca não é o edifício, nem os livros, mas sua capacidade de convocar todos os cidadãos de seu entorno a descobrir esse bem público que é a palavra escrita”. (ZUGLIANI, 2016, p. 115).

Em 2013, a SECEC transferiu a administração da Biblioteca Parque de Manguinhos, bem como as outras bibliotecas parque da rede, para o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), uma **Organização Social (OS)**, por meio de um contrato de gestão, após licitação. Essa mudança visava garantir uma gestão mais eficiente, simplificar procedimentos e assegurar a excelência e agilidade na manutenção do espaço, oferta de programações culturais, implementação de ações educativas, capacitação de pessoal, entre outras iniciativas. O modelo de gestão adotado busca estabelecer parcerias entre o Estado e entidades privadas sem fins lucrativos para a administração de serviços e equipamentos públicos, conforme estipulado nos contratos de gestão. As Organizações Sociais possuem maior autonomia administrativa e financeira em comparação com as entidades governamentais, sendo estas últimas responsáveis pela fiscalização e controle do contrato e das ações realizadas.

De acordo com o **contrato de gestão nº 002/2013**, os objetivos eram:

- Promover a implantação, modernização e aprimoramento dos acervos, equipamentos e instalações das bibliotecas públicas nos municípios do estado do Rio de Janeiro, visando garantir a eficiência operacional e a gestão financeira adequada desses espaços culturais;
- Estimular a formação de mediadores e agentes de leitura;
- Incentivar programas de bolsas para criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;
- Incentivar a frequência às bibliotecas e a circulação de acervos;

- Garantir o acesso para pessoas com deficiências, conforme legislação vigente e os princípios do amplo direito à leitura para todos os brasileiros;
- Apoiar instituições, organizações, associações, comunidades e escolas que atuam na promoção da leitura e do conhecimento;
- Democratizar o acesso à produção literária, publicações e leitura;
- Fortalecer e consolidar o Sistema Estadual de Bibliotecas, com o desenvolvimento de programas adequados para atender às comunidades municipais e estimular a criação de planos municipais de leitura;
- Estimular projetos e atividades que valorizem novos escritores, bem como preservem a memória literária e poética;
- Desenvolver programas de apoio familiar, oferecendo ações de formação cidadã e inclusão social para crianças e jovens, através do acesso à informação e ao uso da biblioteca como complemento educacional;
- Promover o registro da memória escrita e oral das comunidades atendidas pelas bibliotecas;
- Facilitar o acesso a fontes de informação por meio de recursos digitais e tecnológicos para fins acadêmicos e de intercâmbio social;
- Modernizar a gestão da Biblioteca Pública Estadual e da rede de Bibliotecas Parque, incluindo seu modelo jurídico, e capacitar seus profissionais;
- Expandir e garantir a continuidade do programa de implantação de Bibliotecas Parque;
- Estimular o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais de excelência na área da leitura, integrando a rede aos sistemas de catalogação internacionais;
- Estabelecer mecanismos contínuos de avaliação para verificar o progresso das iniciativas e resultados alcançados, permitindo ajustes e atualizações conforme necessário;
- Além de outros objetivos específicos delineados nos anexos do contrato de gestão.

Para a realização destes objetivos foram previstos R\$ 96.900.000,00 (noventa e seis milhões e novecentos mil reais) de recurso orçamentário a serem repassados para o IDG pela SECEC, correspondentes ao ano de 2013 e aos próximos cinco anos de vigência do contrato. Em 2013, o cronograma de desembolso previa o repasse em quatro parcelas de R\$ 4.845.000,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais), trimestralmente, assim como o recebimento de relatórios de execução do objeto e prestação de contas.

Com a chegada do IDG na gestão da Biblioteca Parque de Manguinhos, ocorreram mudanças significativas no que tange às expectativas e possibilidades de realizar um trabalho completo. Agora, havia a perspectiva de executar todas as atividades planejadas e atender às necessidades do público de forma mais abrangente, graças a um orçamento antes inexistente. Uma das mudanças realizadas foi nos recursos humanos, com a troca da direção e a inclusão de profissionais que traziam uma abordagem de gestão cultural mais voltadas para a qualidade com experiências e olhares de fora do território, marcando uma falta de sensibilidade à complexidade e à diversidade do local.

Então, é necessário afirmar que o gestor cultural deve se formar de outra maneira. É claro que deve ser um especialista em procedimentos de gestão, **mas deve ser algo mais**. Seu trabalho deve ser capaz de realizar atos mais radicais: deve saber quebrar as formas nas quais uma ideologia sutura o possível, deve saber desencadear novos debates públicos. Como fazer isso? Na minha opinião, os gestores culturais devem assumir quatro identidades. Quais são elas? (VICH, 2017, p. 52).

O autor peruano Víctor Vich destaca a importância de o gestor cultural desenvolver quatro identidades para aprimorar sua atuação profissional. Essas identidades incluem **a do etnógrafo, a do curador, a do militante e a do administrador**. A primeira identidade requer compreensão e sensibilidade ao lidar com as comunidades locais, incorporando conhecimentos das ciências sociais para abordar questões como políticas públicas, dinâmicas dos movimentos sociais, desafios sociais, entre outros aspectos. A segunda identidade envolve a habilidade de produzir e apresentar conteúdos de maneira inovadora, capaz de alterar percepções e contribuir para o enriquecimento do capital cultural e social por meio de diferentes narrativas culturais. Em outras palavras, trata-se de alguém com bom repertório cultural em diversas expressões existentes. A terceira identidade é a do militante, na qual o profissional compreende o trabalho cultural como um processo de longo prazo, não se limitando apenas a eventos isolados, identificando os pontos estratégicos dessa atuação

e contribuindo ativamente para o desenvolvimento de políticas culturais. Por fim, a quarta e última identidade é a do administrador, exigindo do gestor cultural conhecimentos em gestão de recursos, planejamento de ações e estratégias, estabelecimento de indicadores e metas, entre outras competências administrativas.

Em 2015, os primeiros sinais de declínio do modelo de gestão pela OS começaram a surgir. O cenário político no estado do Rio de Janeiro era de grande instabilidade após os eventos olímpicos e a crise no setor petrolífero, culminando na prisão do ex-governador no mesmo ano, sob acusações de corrupção e lavagem de dinheiro. Dessa forma, o repasse do recurso financeiro para a gestão das bibliotecas foi comprometido, além da dificuldade da organização em obter financiamento via captação para esses equipamentos culturais. À beira do encerramento das atividades, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro assumiu essa conta temporariamente.

Hoje o próprio governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) diz que o Rio está "ficando ingovernável" e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, coloca o Estado como o exemplo do que não deve ser feito, e justifica assim, de passagem, um severo ajuste fiscal nacional para recuperar as finanças do país. "O que está acontecendo no Rio de Janeiro é didático. Mostra que alguém tem de pagar [a conta do descontrole de gastos e da previdência social]", disse recentemente. A situação no Rio é tão crítica que o salário de outubro dos servidores vai ser parcelado em até sete vezes e ninguém garante que o décimo terceiro salário chegue às contas dos servidores no final do ano. Duvida-se até do pagamento da folha dos próximos meses. (MARTÍN, 2016).

Segundo a Revista *Biblio* (2015), o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), a organização social encarregada da administração dos locais, havia declarado o encerramento das quatro unidades da rede estadual de bibliotecas. Dois dias depois, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou que assumiria a gestão de três das quatro unidades do sistema, com um custo de 1,5 milhão de reais por mês até o final de 2016.

A precarização dos serviços das bibliotecas-parque verificada desde do início deste ano faz parte de um processo mais amplo de precarização da cultura e da educação do país, no qual mais de 45% do orçamento do governo federal se destina ao pagamento de juros e amortização da dívida, enquanto a cultura fica com míseros 0,04% e a educação com 3,7% (números de 2014). Com essa crítica, o Movimento Abre Biblioteca Rio realizou mais um ato neste sábado, 28 de novembro, em frente à Biblioteca Parque Estadual, no Centro do Rio. (TARGINO, 2015).

Em 2016, **a Rede de Bibliotecas Parque encerrou suas atividades**, deixando a população dos territórios onde esses equipamentos culturais estavam inseridos sem atendimento. Essa medida privou os frequentadores do acesso tão valioso à cultura e à cidadania, objetivos fundamentais desse projeto. Durante dois anos, esses espaços

sofreram com o descaso, resultando na deterioração de seus acervos e equipamentos devido à falta de manutenção.

O IDG esteve à frente da gestão de todas as unidades de 2014 a 2016, ajudando a desenvolver atividades diversificadas que ampliaram o alcance e trouxeram novos públicos para os espaços, consolidando assim a identidade das Bibliotecas Parque do Rio como espaços de integração, inclusão social, experiências culturais e preservação da memória. Em quase três anos de operação, mais de 2 milhões de usuários frequentaram as Bibliotecas Parque e puderam ter acesso a livros, vídeos e palestras. O IDG ampliou a programação com debates, peças teatrais, além de equipado os espaços com estúdios e cursos de formação disponíveis a um público de aproximadamente quatro mil visitantes/dia de todas as classes sociais e localidades, de doutorandos a pessoas em situação de rua, estudantes e comerciantes do Saara.

Foram mais de 78 mil usuários cadastrados, mais de 230 mil livros emprestados e muitas histórias transformadoras e comoventes para contar. (IDG, 2016).

Figura 20 - Ballet Manguinhos manifestando sobre o fechamento da biblioteca



Fonte: Agência de Notícias das Favelas

Após esse período, em 2018, as Bibliotecas Parque reabriram suas portas. Agora, a responsabilidade pela gestão desses equipamentos culturais está inteiramente a cargo da SECEC. No entanto, conforme destaca Yke Léon (2024), atual superintendente de leitura e conhecimento, os desafios perpassam por três aspectos essenciais: o **tempo** necessário para os processos burocráticos, como licitações para manutenções, por exemplo, que são exigidas por lei; a disponibilidade de **recursos humanos**, incluindo questões salariais e a formação do quadro de servidores do estado, como a adequação dos salários dos bibliotecários às diretrizes sindicais; e a **adequação orçamentária** para viabilizar as programações culturais por meio de rubricas que garantam o pagamento de cachês, desburocratizando a abertura de editais, implicando novamente na questão do tempo.

A frente da SLC desde setembro de 2020, Yke expressa que, em sua visão, o modelo de gestão direta pela SECEC apresenta desafios significativos, especialmente devido aos aspectos levantados anteriormente. O tempo necessário para a execução dos processos é um dos principais obstáculos, tornando a administração mais complexa. Por exemplo, ao lidar com um telhado danificado, a duração dos trâmites burocráticos pode agravar o problema, exigindo uma solução mais abrangente e custosa no final. No entanto, ele destaca que, por meio da articulação de parcerias estratégicas, é possível superar algumas dessas dificuldades. Um exemplo disso foi a recente reforma do telhado do Cine Teatro de Manguinhos, realizada pelo Programa Cidade Integrada do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que visa revitalizar equipamentos de áreas vulneráveis, como Jacaré, Jacarezinho e Manguinhos. No contexto governamental, procedimentos lentos dificultam até mesmo tarefas simples do dia a dia, como consertos e manutenções de fechaduras, portas, tampas de vasos sanitários, cartuchos de impressora, sendo utilizados pedido de contrapartidas de proponentes interessados em utilizar o espaço.

Apesar dos desafios, ao abordar sobre a Biblioteca Parque de Manguinhos, assim como a da Rocinha, Yke destaca um forte sentimento de pertencimento e engajamento das comunidades no que tange esses equipamentos culturais, como mencionado por outros entrevistados. Para ele, discutir esses espaços é inseparável da relação que possuem com os territórios. Ele aponta o envolvimento ativo da comunidade em cuidar desses locais, desde sugerir atividades até realizar mutirões para limpeza, refletindo o senso de propriedade e o desejo de contribuir para seu bem-estar.

Vale ressaltar também que, ainda em 2024, o contexto político do Governo do Estado do Rio de Janeiro ainda reflete os eventos passados, evidenciando uma fragilidade política bem como uma incontinência de recursos e recuperação fiscal. Esses elementos confirmam os desafios enfrentados na gestão das Bibliotecas Parque. Apesar dessas adversidades, são realizados esforços significativos, incluindo reformas, lançamento de editais e programações culturais, como o "Parque de Ideias" na Biblioteca Parque Estadual, e cursos oferecidos nas demais unidades, que atraem entre 1.000 e 1.300 jovens e crianças semanalmente para as bibliotecas, conforme destacado por Yke.

5 REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O CAMPO

A implementação das Bibliotecas Parque no Rio de Janeiro representou um avanço significativo na visibilidade das bibliotecas públicas. No entanto, a realidade nacional ainda reflete um cenário de desprestígio nas políticas culturais, onde as bibliotecas públicas são mencionadas genericamente sob a bandeira da democratização do acesso, sem metas definidas ou previsão de orçamento que assegurem sua sustentabilidade. Essa situação gera instabilidade, especialmente em períodos de mudanças políticas. É inegável que as bibliotecas desempenham um papel fundamental na construção do capital social e cultural dos indivíduos. Todavia, apesar do reconhecimento dessa importância, elas não parecem ser prioridade para os governos, exceto quando vistas como oportunidades para a construção de edifícios modernos e inovadores em termos arquitetônicos.

O problema, contudo, vai além da aparência física dessas estruturas. Há uma carência na qualificação dos profissionais, na manutenção dos equipamentos e na continuidade dos serviços prestados. Muitas bibliotecas públicas, em diversas regiões, operam sem a estrutura necessária para atender adequadamente às demandas da população. Especificamente sobre o objeto deste estudo, a Biblioteca Parque de Manguinhos, juntamente com a da Rocinha, são exemplos de inovação e vanguarda. Elas se destacam por cumprirem um papel alinhado com a ideia original colombiana de conexão com o território vulnerável socioeconomicamente, algo que não é observado em outras unidades da rede. É crucial compreender os conceitos que envolvem as Bibliotecas Parque e as bibliotecas públicas. Apesar de as Bibliotecas Parque serem, de

fato, bibliotecas públicas, nem todas as bibliotecas públicas seguem o modelo Parque. Essa distinção é vital para a elaboração e execução de ações direcionadas às bibliotecas públicas em geral.

Para além da conceituação colombiana, existem muitas bibliotecas públicas no Brasil, mas poucas atendem aos requisitos estabelecidos pela UNESCO e outras instituições internacionais na área de Biblioteconomia, especialmente no que se refere ao aspecto cultural e infraestrutura, com exceção de alguns casos como Ceará e São Paulo. Frequentemente, há uma confusão entre a ideia de biblioteca como um centro cultural e seu papel específico como biblioteca pública. São conceitos distintos que necessitam de abordagens diferenciadas. Conclui-se que as políticas culturais devem ser mais específicas em relação às bibliotecas públicas, reconhecendo-as como espaços culturais que necessitam de manutenção, equipamentos de qualidade, infraestrutura adequada, entre outros requisitos básicos para seu funcionamento. De nada adianta investir na criação de Bibliotecas Parque modernas e com arquitetura de ponta se o essencial, como a manutenção e ampliação do acervo, entre outras necessidades, não for assegurado para garantir seu papel de atuação junto aos territórios. Nesse contexto, é essencial considerar as formas de fiscalização dessas atividades, além de estabelecer políticas culturais com diretrizes e metas definidas que ultrapassem a mera “democratização do acesso”, permitindo uma atuação mais efetiva entre a formação de mediadores de leitura e a qualidade das bibliotecas para que o objetivo dessa instituição, de fato, seja alcançado, apesar de todo avanço na discussão sobre suas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, V. Biblioteca Parque do Rio. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, 24 dez 2014. Disponível em: <<https://biblioo.info/biblioteca-parque-do-rio/>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

ALCALDÍA DE MEDELLÍN. **Plan de Desarrollo 2004-2007**: “Medellín, compromiso de toda la ciudadanía”. Medellín, 2004. 188p. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/pccdesign/SubportaldelCiudadano_2/Plan_deDesarrollo_0_0_0/Shared%20Content/pdf%20codigo%20buen%20comienzo/Texto%20Completo%20Acuerdo%20Plan.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

BAPTISTA, D. M. Entre a informação e o sonho: o espaço da biblioteca contemporânea. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 19-27, jan./abr. 2009.

BELEM, M. P.; DONADONE, J. C. A Lei Rouanet e a construção do “mercado de patrocínios culturais”. **Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 1, n. 1, jan./ jun. 2013.

BERNARDINO, M. C. R. Políticas de construção de território local de atuação para a biblioteca pública. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2017.

BIBLIOTECAS comunitárias e Pontos de Leitura. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, [s.d]. Disponível em: <<http://snbp.cultura.gov.br/project/bibliotecas-comunitarias-e-pontos-de-leitura/>>. Acesso em: 13 jun 2024.

BIBLIOTECA Pública de Manguinhos: continuidade histórica e tecnologia de ponta. **Jorge Mario Jáuregui**, Rio de Janeiro, [s.d]. Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/biblioteca-manguinhos.html>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BIBLIOTECA pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160 p. (Documentos Técnicos, 6). ISBN 978-85-333-0596-0.

BIBLIOTECAS Parque. Instituto de Desenvolvimento e Gestão: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.idg.org.br/pt-br/bibliotecas-parque>>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113696.htm>. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas: 2010**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3, 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<https://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CALABRE, L. Sobre o conceito de políticas culturais. In: CANCLINI, N.G. Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 133-140. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2024.

CAPILLÉ, C. Arquitetura como dispositivo político: introdução ao projeto de Parques Biblioteca em Medellín. **Prumo: Revista Online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2017.

CASTILHO NETO, J. Vinte anos de planos nacionais de leitura: a necessidade urgente de retomar ações e políticas públicas voltadas à formação de leitores. **Rascunho: o jornal de literatura do Brasil**, São Paulo, out. 2023. Disponível em: <<https://rascunho.com.br/colunistas/leituras-compartilhadas/vinte-anos-de-planos-nacionais-de-leitura/>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CECCANTINI, et al. **Caderno do PNLL**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

CIDADES e Estados. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em: 10 maio 2023.

DECLARACIÓN DE COCHABAMBA. Conferencia Iberoamericana de Cultura Cochabamba, 7. Bolívia, 2-3 oct. 2003 Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/pnll/arquivos/vii-conferencia-iberoamericana-de-cultura.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2024.

DECLARACIÓN DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA. Cimeira ibero-americana de chefes de estado e de governo, 13. Bolívia, 14-15 nov. 2003. Disponível em: <<https://www.segib.org/wp-content/uploads/DECLARASAO-STA-CRUZ-SIERRA.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2024.

DECLARACIÓN DE SANTO DOMINGO. Conferencia Iberoamericana de Cultura Santo Domingo, 6. República Dominicana, 3-4 oct. 2002 Disponível em: <<https://tinyurl.com/3hbxbk4w>>. Acesso em: 27 maio 2024.

DORSA, A. C. O território cultural: espaço de saberes e paisagens construídas. **Interações**, Campo Grande, v. 24, n. 1, jan./mar. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/wTHH7WKWxsX5mjSgys84BNB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 maio 2024.

DUMER, L. et al. Bibliotecas contemporâneas: dos processos técnicos à busca por competências informacionais. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, Porto, v. 3, n. 13, p. 220-233, 2020.

ERMAKOFF, G. Bibliotecas brasileiras. Rio de Janeiro: Ermakoff Editora, 2015.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ ago. 2006.

FREITAS, M. A.; SILVA, V. B. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 123-146, 2014. Disponível em: [10.20396/rdbci.v12i1.1621](https://doi.org/10.20396/rdbci.v12i1.1621). Acesso em: 22 jun. 2023.

FRENTE Parlamentar em defesa do livro, da leitura e da escrita é recriada na Câmara dos Deputados. **PublishNews**, São Paulo, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2023/11/30/frente-parlamentar-em-defesa-do-livro-da-leitura-e-da-escrita-e-recriada-na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 20 maio 2024.

HISTÓRICO. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**, Brasília, [s.d]. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/sobre/historico/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFLA; UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA- UNESCO 2022. **Repositório FEBAB**, São Paulo, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 5 out. 2023.

INFORMAÇÕES das bibliotecas públicas. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**, Brasília, 2023. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 10 maio 2023.

LULA e Fortes inauguram obras do PAC no Rio de Janeiro: cidades. **Jusbrasil**, Salvador, 2009. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/lula-e-fortes-inauguram-obras-do-pac-no-rio-de-janeiro-cidades/2046377>. Acesso em: 03 fev. 2024.

MACHADO, E. C.; ELIAS JÚNIOR, A. C.; ACHILLES, D. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. especial, p. 115-217, out./dez. 2014.

MARTÍN, M. Rio de Janeiro, da euforia à depressão: após lua de mel como sede da Olimpíada, Estado enfrenta colapso financeiro. **El País**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/10/politica/1478799785_114849.html. Acesso em: 21 maio 2024.

MEDEIROS, A. L. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores.** (Doutorado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2015. 175 f.

MEDEIROS, V.; ALMEIDA, N.; VAS, B. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, Tocantins, v. 5, n. 1, p. 42-61, jan./jul. 2014.

MILANESI, L. Biblioteca Pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./abr., 2013.

_____. **O que é biblioteca?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PLANO do livro vira lei no Rio, mas orçamento é vetado pelo governo. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2018. Disponível em: < <https://biblioo.info/plano-do-livro-vira-lei-no-rio-mas-orcamento-e-vetado-pelo-governo/>>. Acesso em: 30 maio 2024.

PLANO Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro. Blogspot do PELLLB-RJ, Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa, 2016. Disponível em: <<https://planodolivrorj.blogspot.com/2016/09/coordenadora-do-sistema-estadual-de.html>>. Acesso em: 20 maio 2024.

PLANO Nacional do Livro e Leitura. **Secretaria Especial de Cultura**, Brasília, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-dacultura/assuntos/pnll>>. Acesso em: 07 jul 2023.

QUEIROZ, C. Mesmo com mais de 6 mil bibliotecas no País, brasileiros ainda têm dificuldade no acesso à leitura. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/442zKdJ>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

REDE Ibero-americana de responsáveis por Políticas e Planos de Leitura. **Cerlalc**. Bogotá: Cerlalc, [s.d.]. Disponível em: < <https://cerlalc.org/pt-br/redplanes/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à cultura, e apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/d9efbccd9957bb9483257e8a005fc958?OpenDocument>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 8.246, de 10 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca – PELLLB-RJ no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1364587467/lei-8246-18-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ROCHA, R. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 674-703, jun./dez. 2016.

RODRIGUES, L. A.; RODRIGUES, A. S. S. Cultura Viva: novos atores na cena política brasileira. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 84-102, 2014. Disponível em: < https://labacuff.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/10/2014-cultura-viva-novos-atores-na-cena-revista_pcr.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36.

SILVA, A. B. Rede de espaços públicos: as intervenções dos Parques-Bibliotecas no espaço informal de Medellín. **V!RUS**, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=4&item=13&lang=pt>. Acesso em: 26 jun 2024.

SILVA, A. G. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos**. (Mestrado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012. 119 f.

SILVA, F. Bibliotecas Parque de Manguinhos e Rocinha podem encerrar atividades. **Agência de Notícias das Favelas**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2016. Disponível em: < <https://www.anf.org.br/bibliotecas-parque-de-manguinhos-e-rocinha-podem-encerrar-atividades/>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SISTEMA de Bibliotecas Públicas de Medellín. **Alcaldía de Medellín**, Medellín, 08 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=contenido/1099->>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Brasília, DF, 13 maio 1992.

TARGINO, Rodolfo. Críticas à precarização da cultura marcam ato do Movimento Abre Biblioteca Rio. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2015. Disponível em: <<https://biblioo.info/ato-mab/>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (Org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017, cap. 1.

VICH, V. O que é um gestor cultural?. **Políticas culturais: conjunturas e territorialidades**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

ZUGLIANI, L. F. **A organização social e o acesso à cultura:** o caso das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, 2016. 200 f.

ANEXOS

Entrevistado: Alexandre Pimentel.

Formato da entrevista: Online.

Cargo: Docente no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Biografia: Gestor e produtor cultural com mais de vinte anos de experiência, mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2010, com graduação na mesma área pela UFF em 1994. Foi aluno do curso de Produção Cultural na UFF entre 1996 e 1998. Seu trabalho está focado em música popular, culturas populares, povos e comunidades tradicionais, e políticas culturais em territórios populares. Atuou como idealizador e diretor artístico de diversos projetos culturais, além de coordenador e gestor de projetos, equipes e espaços culturais em setores público, privado e terceiro setor. Foi Superintendente de Cultura e Território na Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro entre 2015 e 2017, e coordenador de produção e pesquisa do Museu do Território de Paraty de 2013 a 2015. Foi o primeiro diretor da Biblioteca Parque de Manguinhos de 2011 a 2013. Trabalhou na Associação Cultural Caburé, idealizando e coordenando projetos como "Na Ponta do Verso" e "Museu Vivo do Fandango". Coordenou o processo de registro do "Fandango Caiçara" como Patrimônio Imaterial Brasileiro. Atuou como coordenador de produção de vários projetos culturais, incluindo Promoart, Escola Portátil de Música, e Festivais de Inverno do RJ. Lecionou Geografia no ensino fundamental e médio por mais de vinte anos e é professor efetivo no bacharelado de Produção Cultural do (IFRJ) desde 2017.

Entrevistada: Jeimy Hernández.

Formato da entrevista: Online.

Cargo: Consultora internacional do Cerlalc.

Biografia: Bibliotecária pela Pontifícia Universidade Javeriana da Colômbia, com um MBA pelo Instituto de Estudos Bursáteis da Universidade Complutense de Madrid, Espanha. Consultora internacional, especialista em bibliotecas, leitura e políticas públicas, com mais de 20 anos de experiência na direção de instituições e projetos nas áreas cultural e educacional. Foi coordenadora da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e dos planos nacionais de leitura dos Ministérios da Cultura e da Educação da Colômbia, chefe do Departamento de Cultura do Colsubsidio e gerente da BiblioRed.

Tem experiência como docente universitária e como autora e coordenadora editorial de documentos técnicos no campo da leitura e das bibliotecas. Lidera, desde o Cerlalc, a Rede Ibero-Americana de Políticas e Planos de Leitura (Redplanes) e o Sistema Ibero-Americano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI).

Entrevistado: José Castilho Neto.

Formato da entrevista: Online.

Cargo: Consultor pela JCastilho – Gestão & Projetos.

Biografia: Doutor em Filosofia e professor aposentado da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, tem uma vasta trajetória na área editorial e de políticas públicas de leitura. Dirigiu a Editora Unesp por 27 anos e presidiu a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu) e a Associação de Editoras Universitárias da América Latina e do Caribe (Eulac) em três mandatos. Também atuou como diretor geral da Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo e foi Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) nos períodos de 2006-2011 e 2013-2016. Atualmente, é consultor do Cerlalc para políticas públicas de leitura e sócio proprietário da JCastilho – Gestão & Projetos – Livro-Leitura-Bibliotecas.

Entrevistado: Luiz Fernando Pinto.

Formato da entrevista: Presencial.

Cargo: Gestor do Teatro Ziembinski.

Biografia: Co-fundador da Associação Cultural Peneira, atuou na criação de planos estratégicos e na coordenação de projetos entre 2017 e 2021. Durante esse período, idealizou e realizou iniciativas como Sarau do Escritório, Nuvem Poética, Fabulações do Território, IN Residência e Cultura em Pauta. Além disso, é pesquisador das obras de Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade, com publicações, criações artísticas, programas de rádio sobre o tema e ações em parceria com o Instituto Ludovicus, um museu dedicado à vida e obra de Câmara Cascudo em Natal/RN. Colabora como artista no Coletivo Meia Porta e no grupo mario22. Atualmente está à frente da gestão do Teatro Ziembinski e consultor do Ministério da Cultura na área de Literatura na revisão do PNLL.

Entrevistada: Luz Estela Peña Gallego

Formato da entrevista: Online.

Cargo: Líder de Projetos no Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín.

Biografia: A serviço do Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín desde 1995.

Entrevistada: Renata Costa.

Formato da entrevista: Online.

Cargo: Consultora em PalavraLida.

Biografia: Renata Costa foi secretária-executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), onde coordenou o Prêmio Vivaleitura, uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Anteriormente, foi coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas do Rio de Janeiro. Também coordenou a elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB/RJ), realizando plenárias de escuta e promovendo a democratização do acesso à leitura. Também orienta a implementação dos Planos Municipais de Livro e Leitura, visando alcançar o máximo de municípios.

Entrevistado: Virgílio dos Santos.

Formato da entrevista: Presencial.

Cargo: Produtor fonográfico da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Biografia: Músico, produtor, sonoplasta e compositor. Desde 2010 atuante no cenário cultural do Rio de Janeiro, com enfoque nos subúrbios cariocas. Além dos grupos Samba e MPB, atuou como agente cultural para coletivos de cultura, como o CIAB e o NORTE COMUM. Já trabalhou na Biblioteca Parque de Manguinhos de 2013 a 2015, em outros projetos e ganhou editais para as Secretarias do Estado e Município do Rio de Janeiro, como o prêmio de “Ações Locais”, “Ações Locais - Cidade Olímpica”, “Cultura em Rede” e em parcerias com o Sesc RJ. Já participou dos grupos “Linho Branco”, “Tasc’azeite”, “Samba de Benfica”. Atualmente participa dos grupos “Samba de Dois” e “Omi Okun”.

Entrevistado: Yke León.

Formato da entrevista: Presencial.

Cargo: Superintendente de Leitura e Conhecimento da SECEC.

Biografia: É poeta, jornalista, professor, apresentador, produtor e roteirista. Doutorando em Comunicação Social pela PUC-Rio, é mestre em Mídias Criativas pela Escola de Comunicação da UFRJ, formado em Jornalismo pela PUC-Rio e pós-graduado em Arte e Literatura pela mesma instituição. Pesquisa música, amor e cultura brasileira há mais de 10 anos e possui sólida experiência em mídia, audiovisual e produtos culturais, no geral. Atualmente é Superintendente de Leitura e Conhecimento da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC).